

Relatório

Ação Educativa

Ano 2013

2013



Sumário

SUMÁRIO	2
SIGLÁRIO	3
APRESENTAÇÃO	7
OBJETIVOS PARA O TRIÊNIO 2013-2015	9
UNIDADES PROGRAMÁTICAS	10
Gestão e Desenvolvimento Institucional.....	39
RESULTADO FINANCEIRO DE 2013	43
CORPO DIRETIVO E PESSOAL	48
APOIOS	55
ANEXOS	57
I - Detalhamento das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, convênio 058/2008 e dos demais projetos e atividades da área da Cultura.....	57
II - Listagem de atividades.....	58
III – Pesquisas	64
IV – Publicações	65
V - Promoção de eventos	68
VI-Participação em eventos	70
VII - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes	76
VIII - Inserções na mídia.....	79

Siglário

ABONG – Associação Brasileira de ONGs

ADI ou ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

CCJ – Centro Cultural da Juventude

CEAFRO – Educação para a Igualdade Racial e de Gênero

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CEDAC – Comunidade Educativa CEDAC

CEEL – Centro de Estudos em Educação e Linguagem

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CEU – Centro Educacional Unificado

CLADEM – Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAE – Conferencia Nacional de Educação

DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Brasil)

DRE – Diretoria Regional de Ensino

EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP

EC – Emenda Constitucional

ECOSS – Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul

EE – Escola Estadual

EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento

EF – Ensino Fundamental

EI – Educação Infantil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

FAEB – Federação de Arte Educadores do Brasil

FCC – Fundação Carlos Chagas

FSM – Fórum Social Mundial

GDI – Gestão e Desenvolvimento Institucional

GEDUC - Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo

GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial

GT – Grupo de Trabalho

GTIEI – Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

INDIQUE – Projeto Indicadores da Qualidade na Educação

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira

IPM – Instituto Paulo Montenegro

JADE – Jovens Agentes pelo Direito à Educação

JusDH – Articulação Justiça, Direitos Humanos e Participação Social

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

MEEL – Movimento Estratégico pelo Estado Laico

MP – Medida Provisória

MP – Ministério Público

NCA – Norwegian Church Aid

NEPSO – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (projeto)

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OGP – Open Government Partnership

OKFn – Open Knowledge Foundation

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAD – Processo de Articulação e Diálogo

PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

PGR – Procuradoria Geral da República

PL – Projeto de lei

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RETPS – Rede Pela Transparência e Participação Social

SAF – Setor de Administração e Finanças

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SME – Secretaria Municipal de Educação

STF – Supremo Tribunal Federal

TAC – Termos de Ajustamento de Conduta

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP – Universidade de São Paulo

VAI – Valorização das Iniciativas Culturais

Apresentação

Em 2013 a Ação Educativa deu início a mais um plano trienal (2013 – 2015), tendo como objetivo geral *"articular a promoção dos direitos educativos, culturais e da juventude à construção e experimentação de novos paradigmas de desenvolvimento, que superem o consumismo, valorizem a diversidade, promovam a igualdade, a solidariedade, a participação, a preservação da vida e dos bens comuns"*.

Na arquitetura institucional desenhada para o período, treze unidades são responsáveis pela ação programática, e cinco unidades, pela gestão e desenvolvimento institucional. Cada unidade programática está orientada para a consecução de alguns dos 12 objetivos específicos que desdobram o objetivo geral do triênio.

Este relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas e os produtos elaborados por cada uma das unidades, bem como um balanço de seus resultados e perspectivas, tendo como referência os objetivos que norteiam a ação programática. Nos anexos, um conjunto de quadros permite uma visão geral das atividades realizadas no conjunto da instituição organizadas por sua natureza: assessoria, formação, pesquisa, publicação, eventos, participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes.

O ano de 2013 foi marcado pelo lançamento de várias iniciativas, publicações e metodologias que resultam do trabalho realizado nos últimos anos, com a participação e parceria de especialistas, educadores, jovens, escolas, comunidades e articulações políticas.

A ***Iniciativa De Olho nos Planos*** foi lançada buscando incidir no processo de construção participativa dos planos de educação que estados e municípios deverão desenvolver no prazo de um ano após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional. Partindo de um balanço crítico acerca das conquistas participativas dos últimos anos, e da constatação do ainda limitado impacto de tais conquistas nos processos de tomada de decisão, essa Iniciativa propõe-se a disputar o sentido da participação e a fortalecer processos participativos amplos e democráticos, que influenciem mais efetivamente a agenda, a concretização e a avaliação das políticas educacionais. A coleção, que é composta por diferentes materiais, representa também uma nova perspectiva de uso da ***Coleção Indicadores da Qualidade na Educação***, visando ir além da unidade educacional e impactar os processos de planejamento e avaliação da política educacional, a partir da valorização das vozes e do estímulo à participação.

A *Coleção Indicadores da Qualidade na Educação*, por sua vez, foi enriquecida com a ***coleção Educação e Relações Raciais***: apostando na participação da comunidade escolar, fruto de um trabalho de quatro anos junto a escolas e organizações da sociedade civil, construída na perspectiva de afirmar que o racismo é um obstáculo à qualidade educacional no Brasil. Publicada em parceria estratégica com o Unicef, o MEC e a SEPPIR, a coleção será distribuída para todas as escolas públicas do país e organizações e fóruns que atuam na superação do racismo nos espaços educacionais, num total de 750 mil exemplares.

A cartilha ***Acesso à Informação e Direito à Educação*** oferece uma ferramenta para difundir a Lei de Acesso à Informação para pesquisadores, jornalistas, sociedade civil e comunidade escolar.

A ***Coleção Viver, Aprender*** para a Educação de Jovens e Adultos para o 1º, 2º segmento e ensino médio foi reeditada e mais uma vez aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático. O programa submete as obras à avaliação de especialistas das universidades e disponibiliza os aprovados para que escolas e redes façam escolhas de acordo com suas opções pedagógicas.

A metodologia ***Tô no Rumo: jovens e escolha profissional***, construída em parceria com jovens estudantes, educadores e especialistas na temática, começou a ser disseminada em parceria com a UFABC e a Prefeitura Municipal de Santo André, oferecendo recursos para que jovens, sobretudo os dos estratos populares, tenham efetivado o direito de ter acesso a informações capazes de permitir-lhes uma reflexão crítica sobre seus caminhos de formação e inserção profissional, e sobre os obstáculos existentes para que possam realizar suas escolhas e trajetórias.

O vídeo ***Percursos da Arte na Educação*** traz depoimentos de 20 importantes profissionais da área atuantes em museus de arte, universidades, ONGs e ateliês, de todas as macrorregiões do Brasil. Além de seu valor artístico, o vídeo oferece um valioso recurso didático para atividades de formação em arte educação.

Esse conjunto de metodologias, que Ação Educativa constrói em diálogo com educadores/as e parceiros/as, mostra que a instituição segue investindo na oferta de propostas pedagógicas de qualidade, que valorizam a diversidade, a equidade e o enraizamento dinâmico da educação nos nichos criativos da cultura. Destaca-se também o fato de que, para além das salas de aula, as propostas também se dirigem aos espaços não formais de educação, e principalmente, para processos e instâncias de exercício da política, onde as orientações das políticas públicas são disputadas. Assim concretizamos a aposta de que um desenvolvimento sustentável requer justiça social e ampla participação na tomada de decisões sobre os rumos que daremos ao país e ao planeta.

São Paulo, maio de 2014.

Objetivos para o triênio 2013-2015

Objetivo geral

Articular a promoção dos direitos educativos, culturais e da juventude à construção e experimentação de novos paradigmas de desenvolvimento, que superem o consumismo, valorizem a diversidade, promovam a igualdade, a solidariedade, a participação, a preservação da vida e dos bens comuns.

Objetivos específicos:

1. Afirmar a centralidade das práticas culturais, educativas e políticas para disseminar na sociedade novos valores condizentes com paradigmas de desenvolvimento sustentáveis do ponto de vista socioambiental.
2. Integrar o debate sobre os sentidos da educação e da cultura no contexto dos debates e disputas sobre modelos de desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental no plano nacional e internacional.
3. Influenciar as políticas e os investimentos do Estado brasileiro, nos planos local, nacional e internacional, a favor da garantia de direitos, dos bens comuns e da superação das desigualdades, estimulando abordagens integrais, intersetoriais e territorializadas dos problemas socioambientais.
4. Fortalecer a institucionalidade democrática nos planos local, nacional e internacional, qualificando e ampliando a efetividade da participação da sociedade civil na proposição, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
5. Promover a participação de jovens na esfera pública, apoiando a expressão e qualificação de suas demandas relacionadas ao contexto socioambiental dos grandes centros urbanos.
6. Ampliar a visibilidade das problemáticas, demandas, ações e propostas de grupos excluídos da população, que não têm os direitos básicos garantidos.
7. Afirmar a educação e da cultura como bens comuns e direitos humanos fundamentais a serem garantidos por políticas públicas, combatendo sua mercantilização.
8. Promover as culturas produzidas por grupos oriundos e atuantes nas periferias urbanas, destacando suas qualidades artísticas.
9. Disputar os sentidos das políticas de promoção da qualidade na educação, valorizando a participação dos sujeitos escolares, a diversidade e superação das desigualdades, priorizando a garantia de insumos e condições adequadas para o funcionamento das unidades educacionais e sistemas de ensino, assim como de processos pedagógicos voltados à formação humanística e cidadã.
10. Expandir, por meio do acesso à educação escolar e não escolar de qualidade, as oportunidades de trabalho decente e desenvolvimento profissional para jovens e adultos, de modo a expandir suas potencialidades humanas, autonomia e direito à escolha.
11. Fortalecer a cooperação internacional sul-sul em uma perspectiva solidária e democrática, com visão crítica sobre a inserção do Brasil no mundo e sobre a importância das relações internacionais num contexto de crescente globalização.
12. Fortalecer a ação em rede de organizações de defesa de direitos e outros atores da sociedade civil e do estado, tendo em vista a integração de agendas relacionadas à promoção da igualdade e preservação dos bens comuns, à transparência e à ética na política.

Unidades Programáticas

1. Diversidade, Raça e Participação

Atividades e produtos

- **Lançamentos da coleção *Educação e Relações Raciais* no Ceará, Bahia e São Paulo**, em parceria com Unicef, Ministério da Educação e Seppir (Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial) e fechamento de termo de cooperação técnica com o Ministério da Educação para distribuição de 750 mil kits da coleção às escolas públicas do país em 2014.
- **Formação sobre educação e relações raciais para 465 profissionais de educação** de São Paulo, Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul, a partir de materiais do projeto a Cor da Cultura e da coleção *Educação e Relações Raciais*, desenvolvida pela Ação Educativa.
- **Lançamentos nacional e locais da *Iniciativa De Olho nos Planos***, destinada a estimular a construção e revisão participativas de planos decenais de educação no país, a partir de um comitê de parceiros impulsionado pela Ação Educativa (Unicef, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Undime – Undime Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Uncme – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Instituto C&A e Anpae – Associação Nacional de Pesquisa em Administração Educacional).
- Lançamento do **Portal De Olho nos Planos** (www.deolhonosplanos.org.br).
- **Formação de 640 profissionais de educação do município de São Paulo a partir de materiais da coleção *De Olho nos Planos*** (Guia Participação de Crianças e Adolescentes na construção e revisão de Planos de Educação) e Indicadores da Qualidade na Educação.
- **Reestruturação do blog *Indicadores da Qualidade na Educação*** (www.indicadoreseducacao.org.br)
- Finalização do **artigo *Gênero e Raça: a EJA como política de Ação Afirmativa***, que integra a pesquisa nacional “Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados”, desenvolvida a partir de aprovação em edital público do Inep/MEC.
- **Atualização e distribuição nacional do Informe Brasil – Gênero e Educação** e incorporação de suas recomendações nos documentos oficiais da Conferência Nacional de Educação e Gênero.
- **Lançamento da publicação *Educação e Desigualdades em São Paulo*** e seu uso em ações de incidência política e jurídica pela Ação Educativa e outros movimentos

sociais referentes ao Plano de Educação da Cidade de São Paulo, à proposta do programa Mais Educação São Paulo e à ampliação da oferta da educação infantil com qualidade.

- **Participação no Comitê Diretivo da Campanha Nacional de Educação**, que teve como principais agendas em 2013 a tramitação do novo Plano Nacional de Educação e a realização das Conferências Municipais e Estaduais de Educação.

Balanco dos resultados e perspectivas

O ano foi marcado pelo lançamento de várias iniciativas, publicações e metodologias da Unidade Diversidade, Raça e Participação, decorrentes do trabalho da instituição com escolas, comunidades e articulações políticas ao longo dos últimos anos. Iniciativas e materiais que se relacionam diretamente aos objetivos do Trienal, em especial, às disputas do sentido da participação e da qualidade em educação; à promoção de abordagens territorializadas e intersetoriais, ancoradas em Planos de Estado; à afirmação da problemática do racismo como desafio estrutural para a garantia do direito à educação de qualidade no país, articulado aos recortes de classe, gênero e sexualidade.

O lançamento da ***Iniciativa De Olho nos Planos*** busca incidir no processo de construção participativa dos planos de educação que estados e municípios deverão desenvolver no prazo de um ano após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional. Considerando o balanço crítico desenvolvido por parte de muitos movimentos e organizações de sociedade civil sobre as conquistas participativas dos últimos dez anos, a partir do governo Lula, e da constatação do ainda limitado impacto de tais conquistas nos processos de tomada de decisão, essa *Iniciativa* nasce com a perspectiva de disputar o sentido da participação e os referenciais de concretização de processos participativos amplos e democráticos, que influenciem mais efetivamente a agenda, a concretização e a avaliação das políticas educacionais.

A coleção, que é composta por diferentes materiais¹, representa também uma nova perspectiva de uso da ***Coleção Indicadores da Qualidade na Educação***, que tem como base uma metodologia de autoavaliação participativa escolar, visando ir além da unidade educacional e impactar os processos de planejamento e avaliação da política educacional, a partir da valorização das vozes e do estímulo à participação. Nesse sentido, também vale à pena destacar em 2013 o início da experiência-piloto de uso assistido dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil pelo município de Santos, visando à construção de subsídios para a política nacional de avaliação da e na educação infantil, prevista como meta no novo Plano Nacional de Educação.

¹. 1) Coleção Indicadores da Qualidade na Educação (Ensino Fundamental, Educação Infantil e Relações Raciais), 2) Guia de participação de crianças e adolescentes, 3) Guia de construção e revisão participativa de planos de educação e 4) Guia de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão de participativa de Planos de Educação.

A publicação **Educação e Desigualdades em São Paulo** – que propõe uma agenda de abordagem da educação como direito humano à cidade, analisando e trazendo para reflexão as marcas das desigualdades no município, com ênfase no campo educacional - foi distribuída gratuitamente na Conferência Municipal de Educação da cidade de São Paulo para 550 ativistas e gestores educacionais da cidade e está disponível no site www.deolhonoplanosp.org.br. Além disso, ela deu base a três ações de incidência política da Ação Educativa na cidade de São Paulo: pressão para retomada do processo de tramitação do Plano de Educação na Câmara Municipal; elaboração do posicionamento público da Ação Educativa sobre o programa do governo municipal *Mais Educação São Paulo* (submetido a processo de consulta pública pela Prefeitura de São Paulo); e Ação Civil Pública para expansão da oferta da educação infantil no município.

Fruto de um trabalho de quatro anos junto a escolas e organizações da sociedade civil, a **coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar** foi construída na perspectiva de afirmar que o racismo é um obstáculo à qualidade educacional no Brasil. Composta por cinco materiais², a *Coleção* foi lançada em três estados (Ceará, Bahia e São Paulo) em eventos que envolveram a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira e a organização do movimento negro Odara. Publicada em parceria estratégica com o Unicef, o MEC e a SEPPIR, a coleção será distribuída para todas as escolas públicas do país e organizações e fóruns que atuam na superação do racismo nos espaços educacionais, num total de 750 mil exemplares.

No final de 2013, o Conselho Nacional de Educação, órgão normativo do Ministério da Educação, convidou a Ação Educativa para apresentar os **Indicadores da Qualidade na Educação - Relações Raciais na Escola**, material que integra a Coleção Educação e Relações Raciais, visando incorporá-los na construção das Diretrizes Operacionais de implementação da lei 10.639/2003. A relação da Ação Educativa com o Ministério Público também avançou na perspectiva de que a coleção *Indicadores da Qualidade na Educação* (Ensino Fundamental, Educação Infantil e Relações Raciais) possa vir a ser um referencial de atuação do MP nos estados com relação à garantia do direito à educação de qualidade. Esta é uma nova fronteira de possibilidades para a coleção *Indicadores da Qualidade na Educação - Indique* que pretendemos explorar em 2014.

A adoção de políticas afirmativas pelas universidades estaduais de São Paulo, após a aprovação da lei federal, esteve no foco da atuação da Ação Educativa no **Comitê Pró-Cotas**. Além de participar ativamente de seus debates e ações, a Ação Educativa divulgou editorial com posicionamento público com críticas à proposta de ação afirmativa apresentada

² 1) Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola, 2) Guia Metodológico, 3) conjunto de 9 cartazes temáticos “Afro-brasilidades em Imagens”, 4) DVD Educação e Relações Raciais, 5) DVD Diálogos Brasil e África do Sul e 6) um folheto explicativo

pelo governo estadual, marcada pela “timidez” quando comparada a programas de outros estados brasileiros.

A versão atualizada do ***Informe Brasil Gênero e Educação***, a partir dos dados do Censo 2010 e das Pnads 2011 e 2012 (IBGE) traz um conjunto de recomendações para o campo das políticas públicas referentes à superação do sexismo e do racismo, e à afirmação dos direitos de todas as mulheres e promoção da equidade entre homens e mulheres na educação brasileira. O material foi distribuído gratuitamente na Conferência Nacional Livre de Educação e Gênero realizada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Ministério da Educação. Suas recomendações foram incorporadas no texto base da Conferência, expostas em mesa de debate e acolhidas como prioridade na plenária final do evento.

A participação da instituição na **Reges – Rede de Educação, Gênero e Sexualidade**, impulsionada pela organização não governamental Ecos – Comunicação e Sexualidade, teve continuidade em 2013. A Reges reúne núcleos de universidades e organizações da sociedade civil. Em evento realizado na Fundação Carlos Chagas, com apoio da Unesco, a Ação Educativa foi convidada a apresentar uma análise da conjuntura nacional sobre as políticas de educação e as questões de gênero e sexualidade. Na oportunidade, foram destacados o crescimento da atuação política de grupos religiosos conservadores nas escolas e os retrocessos em programas que abordagem gênero, sexualidade e relações raciais nos Ministérios da Educação e da Saúde.

Como perspectiva, a Ação Educativa deve iniciar com a Ecos e o Instituto Geledés da Mulher Negra novas ações de pesquisa e formação em 2013, destinadas a promover o debate sobre educação, gênero e sexualidade, considerando os recortes de raça, etnia e classe social. Está prevista também a continuidade da atuação sobre os desafios da laicidade, intolerância religiosa e direito à educação, em articulação com a Unidade Ação na Justiça e com os acúmulos da Relatoria Nacional de Educação da Plataforma DHESCA Brasil.

2. Jovens na Política e Políticas de Juventude

Atividades e produtos

- Participação no **Comitê Contra o Genocídio da Juventude Pobre Preta e Periférica**, que articula mais de 100 organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais. O Comitê buscou dar visibilidade ao problema da violência policial e do homicídio de jovens negros moradores das periferias paulistanas, promovendo mobilização social e diálogo com o poder público municipal e estadual, por meio de denúncias, da elaboração de documentos e posicionamentos públicos, atos de rua e audiências públicas.

- Acompanhamento e incidência na implementação do **Plano Juventude Viva na Cidade de São Paulo**, por meio de posicionamentos públicos, disseminação de informações relevantes, participação em espaços de diálogo com o poder público municipal e na articulação da sociedade civil em torno do Comitê Local do Plano Juventude Viva na zona sul, a qual reúne cerca de 20 organizações e coletivos da região.
- A partir da coordenação do **GT Juventude da Rede Nossa São Paulo**, acompanhamento e incidência nas políticas municipais de juventude, especialmente na aprovação da emenda que possibilitou a criação do Programa VAI 2 e na alteração da Lei do Conselho Municipal de Juventude (Lei nº 12.687/2008), ainda em tramitação.
- Finalização da **pesquisa O Projovem Urbano: seus impactos nas políticas de EJA e Juventude e na trajetória educacional dos jovens**.
- Alimentação do **Blog Juventude na Cidade**, com 14 posts e 8657 acessos no ano.
- Publicação de duas edições do **boletim virtual Juventude na Cidade**.
- Apoio à **Assessoria de Juventude da Prefeitura Municipal de Santo André** na elaboração de proposta do município para o Edital Estação Juventude.
- Participação no grupo de consultores do **Programa Estação Juventude** da Secretaria Nacional de Juventude
- Análise descritiva dos dados de educação, trabalho e segurança da pesquisa nacional **Agenda Juventude Brasil**, da Secretaria Nacional de Juventude.

Balanco dos resultados e perspectivas

Após anos de quase inexistência de debate público acerca das **políticas de juventude na cidade**, o GT Juventude contribuiu decisivamente para a divulgação e fortalecimento de uma agenda política construída pela sociedade civil, bem como para a conquista de reivindicações junto ao poder público. A atual gestão da Coordenadoria Municipal de Juventude, empossada em 2013, tem reconhecido e compartilhado um conjunto de agendas da sociedade civil, que incluem um mapeamento da juventude paulistana, o fortalecimento dos auxiliares de juventude, a circulação de ônibus 24 horas, a criação de um Plano municipal de Juventude, a alteração da lei que institui o Conselho Municipal de juventude, revisão das políticas do Bolsa Trabalho (da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo) e dos Centros para Juventude (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), entre outras ações que se mostram bastante pertinentes.

Por meio da coordenação do GT Juventude contribuimos para a aprovação do VAI 2, um dos mais importantes avanços registrados nas políticas de juventude na cidade. A Secretaria Municipal de Cultura atendeu a forte demanda dos coletivos de cultura e desdobrou o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), ampliando o apoio a grupos culturais nas periferias. A coordenação do GT não só acompanhou o processo, como trabalhou tanto na elaboração do texto da lei como também na articulação social e diálogo com o poder público.

Em que pesem esses avanços, a efetivação, na cidade de São Paulo, de políticas voltadas ao atendimento desse conjunto de demandas sociais é ainda bastante incipiente e, de modo geral, é preciso avançar no fortalecimento político dessas agendas no âmbito dos poderes executivo e legislativo, colocando novos desafios para a articulação da sociedade civil.

Esse desafio exige um razoável grau de articulação dos atores que propugnam pelos direitos da juventude, tarefa que tornou-se mais complexa a partir de meados de 2013, a partir de algumas mudanças no cenário. De um lado, a entrada de um governo de um campo mais próximo das organizações e coletivos juvenis, que absorveu parte de seus quadros, criou e retomou vários espaços de diálogo com a sociedade civil, ampliando oportunidades para o *advocacy*, mas também gerando dispersão, hoje bastante sentida, na sociedade civil. De outro, a juventude foi o segmento marcadamente mais presente nas mobilizações de rua que explodiram na cidade a partir do mês de Junho, sobretudo em torno do preço das tarifas de ônibus. Com isso ganhou força o fazer político através da ação direta, de modo a problematizar ou contestar a efetividade e legitimidade do que seriam formas mais formais de exercício da cidadania, como os espaços institucionais de diálogo (organização via partidos, participação em audiências, conselhos, conferências, comissões, etc.).

Nesse contexto, e depois de ter cumprido um importantíssimo papel de reaglutinação de atores e de elaboração coletiva de uma agenda de políticas de juventude para a cidade, o GT Juventude da Rede Nossa São Paulo veio deixando de ser o espaço mais propício para promover a participação política de jovens e organizações de juventude na cidade, motivo pelo qual passamos a debater com nossos parceiros de coordenação do GT, o Instituto Paulista de Juventude e a Ong Comunidade Cidadã – novas possibilidades de articulação.

Para além da atuação na coordenação do GT Juventude, a Ação Educativa buscou fortalecer o debate público do genocídio/extermínio da juventude negra e pobre, participando de espaços de mobilização e contribuindo bastante para o fortalecimento dessas demandas com grande eco entre jovens, especialmente negros e periféricos. Essa agenda ganhou maior relevância tanto em função de um cenário de aumento das mortes nas periferias e das denúncias de violência policial, como também por conta da iniciativa do governo federal de criação do Plano Juventude Viva – gestado e gerido por meio da articulação da Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República e da SEPPIR. Houve, entre 2012 e 2013 o fortalecimento das articulações da sociedade civil e um intenso debate em torno da implementação do Juventude Viva em São Paulo, uma vez que foi assinado um convênio do governo federal com o município, com valores bastante significativos envolvidos. Nesse contexto, cresce a discussão sobre encarceramento em massa, sobre a proposta de desmilitarização da política e das polícias, bem como outras propostas de combate à violência policial contra a juventude negra.

No âmbito nacional, merece destaque a conclusão da pesquisa *O Projovem Urbano: seus impactos nas políticas de EJA e Juventude e na trajetória educacional dos jovens*, que oferece insumos para o debate acerca das relações entre as políticas focalizadas e as políticas universais no contexto do desafio da efetivação de direitos para jovens de baixa escolaridade.

As contribuições dadas pela coordenadora da Área de Juventude da Ação Educativa (Maria Virginia de Freitas) à Secretaria Nacional de Juventude – análise de dados coletados pela Secretaria e participação na construção da proposta do Programa Estação Juventude -

permitiram colocar o acúmulo institucional a serviço do fortalecimento da política nacional de juventude.

3. POEMA – Políticas, Estéticas, Mobilização e Articulação

Atividades e produtos

- Participação na **Teia Paulista dos Pontos de Cultura** realizada em agosto.
- Participação na **Conferência Municipal de Cultura**, com delegados, e na **Conferência Estadual de Cultura**, como membro da comissão organizadora.
- Participação no **Congresso da Federação dos Arte-educadores do Brasil** (novembro) e da reunião da **Associação Nacional de Pesquisa em Artes Plásticas** (outubro).
- Participação no **Encontro do Movimiento Futbol Callejero** em Buenos Aires, Argentina.
- Realização da **Conferência Latinoamericana de Futebol e Desenvolvimento** (dezembro)
- Articulação de quatro **núcleos de futebol de rua**: Movimento Meninos e Meninas de Rua, Cedeca Sapopemba, Capão Redondo e Heliópolis.
- Realização do **jogo de futebol de rua entre a Guarda Civil Metropolitana e o Movimento dos Moradores de Rua** dentro da Programação do Festival dos Direitos Humanos promovido pela Prefeitura de São Paulo.
- Início da realização do **Programa Jovem Monitor Cultural**, por meio de convênio com o Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso.

Balanco dos resultados e perspectivas

Três fatores importantes marcaram a trajetória desta Unidade no ano de 2013. 1) A Unidade teve uma considerável presença em **espaços de articulação e mobilização** como as conferências municipais e estadual de cultura, nas duas associações que congregam arte-educadores, além do encontro da Rede Paulista de Pontos de Cultura, assegurando uma presença que nos dá condição de intervir no campo. 2) Engajamo-nos na **Rede do Movimiento Futbol Callejero** e assumimos a organização do **Mundial de Futebol de Rua** na Cidade de São Paulo. Para isso passamos a articular polos de disseminação da metodologia do futebol de rua e realizamos a **Conferência Latino-americana de Futbol Callejero** com a presença de 29 delegados de 9 países além da presença de cerca de 200 pessoas do Brasil. Tal realização nos colocou numa posição importante na Rede que veio a se reunir em assembléia na mesma ocasião referendando a Ação Educativa como organização capaz de realizar o Mundial de Futebol de Rua, evento que ocorrerá nos dias 01 a 12 de

julho. 3) Participação na efetivação da Lei do **Jovem Monitor Cultural** por meio do convênio estabelecido entre a Ação Educativa e o CCJ Ruth Cardoso pra viabilizar a participação de 30 jovens na ação piloto da Secretaria Municipal de Cultura. Para realização desta atividade de um ano preparamos um programa amplo de formação em gestão cultural, indo além das demandas práticas.

Almejamos uma atuação mais efetiva na **Rede dos Pontos de Cultura** tanto no âmbito estadual, no qual estamos inseridos, quanto no nacional, tendo em vista a realização do Encontro Nacional de Pontos de Cultura previsto para maio. Se confirmada nossa aprovação como Ponto de Cultura no município, completaremos nossa atuação nas três esferas federativas, concentrando nosso foco naquela que é, para nós, o principal espaço de articulação no movimento cultural. A realização do **Mundial de Futebol de Rua** nos proporcionará uma ampla articulação institucional com instâncias governamentais e com movimentos sociais em nível internacional. Com isso a Ação Educativa acumulará, em pequeno espaço de tempo, conhecimento e credibilidade que lhe dará condição para encabeçar uma rede brasileira de futebol colaborativo. Ao tomar parte na efetivação da Lei do **Jovem Monitor Cultural e Turístico**, a Ação Educativa se coloca na linha de frente de uma política fundamental para a juventude no campo da cultura. Caberá pressionar o governo municipal no sentido de expandir o programa, dando a ele uma escala necessária para se firmar como política pública. Temos também a responsabilidade de realizar uma boa sistematização desta experiência, formulando parâmetros para expansão desta política. Para isso será fundamental a realização do seminário de avaliação do programa como está previsto no Plano de Trabalho apresentado pela Ação Educativa no convênio celebrado com o CCJ Ruth Cardoso.

4. Educação em Direitos Humanos e Cidadania

No ano de 2013 a Unidade dedicou-se a criar as condições para desenvolver suas atividades em 2014 e 2015. Neste sentido, aprovou um projeto junto à Action Aid com vistas a financiar um **seminário sobre a temática Educação Popular Hoje**, e também para desenvolver a atividade **Ação em Debate** a ser iniciada em março 2014, todas às últimas segundas-feiras de cada mês, com temas sobre a conjuntura nacional e internacional.

A unidade enviou projeto para o CNPq, aprovado no final do ano, para desenvolver uma **pesquisa nacional sobre Educação Não Escolar de Adultos**, em particular sobre os temas Educação Popular e Educação em Direitos Humanos a ser desenvolvida nos anos 2014 e 2015. Para apoiar e participar da pesquisa, foi aprovada um bolsa de Iniciação Científica.

Finalmente a unidade dedicou-se a preparar as condições para organizar e disponibilizar informações sobre o trabalho de formação de todas as unidades desenvolvido pela Ação Educativa.

5. Observatório da Educação

Atividades e produtos

Em 2013, no marco do novo plano trienal da Ação Educativa, as estratégias e atividades do Observatório foram articuladas em torno de quatro linhas de ação: 1) Pluralização e qualificação do debate público sobre educação; 2) Acesso à informação, dados educacionais e tecnologias livres; 3) Monitoramento de conselhos e comissões de educação nas três esferas de governo e 4) Estímulo e valorização da voz dos professores no debate educacional. Todas as linhas de ação previstas permearam, de forma transversal, tanto o acompanhamento da conjuntura nacional de educação - por meio do portal do Observatório da Educação e seu boletim - quanto pelo acompanhamento da conjuntura latino-americana - por meio do portal da Rede Vozes e de seu boletim.

- **Produção de mais de 150 notas, reportagens e entrevistas** sobre diferentes temas para os portais Observatório da Educação, Rede Vozes e De Olho nos Conselhos e para os boletins Observatório da Educação e Vozes da Educação. Entre os temas abordados, destacam-se os debates em torno da II Conferência Nacional de Educação (Conae), a tramitação do Plano Nacional de Educação no Congresso, a atuação do setor privado no ensino superior público, as greves e paralisações docentes no Brasil, os debates sobre educação no Chile, e as leis de transparência de informações nas escolas públicas paulistas e de Recursos Educacionais Abertos no estado de São Paulo. Para dar conta da produção de informações sobre estes temas na perspectiva da educação como direito humano e, ao mesmo tempo, garantir a produção de materiais de fôlego, a periodicidade dos boletins, tanto da Rede Vozes quanto do Observatório foram alteradas de quinzenal para mensal.
- **Apoio a jornalistas e atualização do Banco de Fontes em educação**, com a incorporação de contatos de núcleos de estudos, pesquisadores e organizações da sociedade civil que atuam na temática de Educação na Amazônia.
- **Atualização constante as redes sociais** (Twitter e Facebook) do Observatório da Educação de da Rede Vozes.
- **Realização de encontros para debater o uso de dados e tecnologias** na abordagem das políticas educacionais, sendo realizados mais dois encontros. A segunda edição do **"Papo com Dados de Educação"** reuniu cerca de 40 pessoas entre programadores, jornalistas e pesquisadores da área da educação. Na ocasião, foram discutidas formas para divulgar os dados disponibilizados pelo poder público e os passos necessários para solicitar as informações que ainda não estavam acessíveis à população. O terceiro encontro, realizado em maio com um grupo de 25 pessoas, foi marcado por uma oficina de extração de dados do Censo Escolar e a

apresentação de algumas ferramentas de visualização desenvolvidas durante a Hackathon de Dados do Inep.

- Lançamento do estudo **"A Lei de Acesso à Informação e a Educação no Executivo Federal: Relatório de levantamento sobre a implementação da Lei Federal nº 12.527/2011 na área educacional"**, realizado em parceria com a ONG Artigo 19 para avaliar a implementação da Lei de Acesso à Informação no Ministério da Educação e órgãos vinculados.
- **Elaboração da cartilha "Acesso à Informação e Direito à Educação"**, que é mais uma ferramenta para difundir a Lei de Acesso à Informação para pesquisadores, jornalistas, sociedade civil e comunidade escolar.
- Realização de duas **oficinas de acesso à informação na área educacional** em parceria com a Artigo19, uma no âmbito do Festival de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo e outra no âmbito do Fórum Mundial de Direitos Humanos, em Brasília.
- **Acompanhamento sistemático das reuniões dos conselhos Estadual e Municipal de Educação** (com interrupções durante o ano, a depender da disponibilidade de equipe) e a alimentação do blog De Olho nos Planos com relatos dessas reuniões.
- Lançamento do **levantamento especial sobre o Conselho Municipal de Educação**, como resultado de um amplo processo de monitoramento do conselho e tendo como ponto de partida pedidos de informação realizados com base na Lei de Acesso à Informação. Os dados, a exemplo do que foi feito com o Conselho Estadual de Educação, foram disponibilizados em formato de infográfico interativo e teve repercussão entre acadêmicos, ativistas da sociedade civil e jornalistas. Da mesma forma, o Conselho Estadual de Educação teve seu gráfico interativo atualizado após o anúncio da renovação de seis membros do conselho no mês de agosto, tanto também bastante repercussão na imprensa.
- Realização da **consulta participativa "Como vão os professores da sua escola?"**, com uma proposta de atividade a ser realizada pelas comunidades escolares e outros grupos para discutir as condições de trabalho de professores e professoras do país. A atividade integrava a Semana de Ação Mundial (SAM 2013), que teve como tema "Nem herói, nem culpado. Professor tem de ser valorizado!". O objetivo, para além da coleta de dados, que não teriam relevância estatística, era promover o debate e a reflexão.
- Realização da **Campanha virtual "Pra você, o que é valorizar o professor?"**, cujo objetivo era estimular o debate sobre o tema por meio da gravação e difusão de vídeos de membros da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre valorização docente. Ao longo do segundo semestre, foram produzidos e publicados

12 vídeos com depoimentos de professores do Brasil, Chile, Colômbia e México e dez peças para divulgação em redes sociais e boletins, com um total de 2,5 mil compartilhamentos pelas redes sociais e diversas inserções na mídia.

Balanco dos resultados e perspectivas

O ano de 2013 foi marcado por uma série de mudanças na unidade Observatório da Educação, a começar pela transição da coordenação e pela nova composição da equipe. Foi também o ano em que se encerrou um ciclo de projeto com o fim da **Rede Vozes Pela Valorização d@s Docentes Latino-American@s**, que recebeu apoio da Fundação Avina ao longo de três anos. A Rede cumpriu um papel importante na promoção do debate sobre valorização docente, com algumas ações exitosas como a produção de boletins e vídeos e a publicação de artigos de professores e pesquisadores; no entanto sua articulação como rede latino-americana mostrou-se pouco frutífera devido a dificuldades de diálogo com as organizações do grupo de apoio e às especificidades das questões políticas enfrentadas nos diferentes países. Neste sentido, a atuação do Observatório com o tema deverá ser incorporada como uma seção do portal principal e se limitar à conjuntura nacional.

O acompanhamento sistemático dos **conselhos de educação** mostrou-se uma estratégia acertada e imprescindível para o monitoramento de políticas do âmbito estadual, e deve ser mantida no próximo ano. Isso porque, cada vez mais, o acesso às informações sobre as ações e programas implementados pelo governo tem sido dificultado pelo poder público, criando obstáculos para a atuação da sociedade civil.

Também as ações em torno do uso de **novas tecnologias para tratamento de dados e da disseminação das informações** produzidas pelo Observatório mostraram-se acertadas para a sensibilização dos comunicadores e ativistas do direito à educação, e mantém-se como um desafio para os próximos anos. Os resultados dessa estratégia podem ser verificados no contínuo aumento da quantidade de pessoas que acessam os canais de comunicação do Observatório. Tanto o *Facebook* como o *Twitter* quase dobraram o número de seguidores em relação ao ano anterior, saltando de um total de 7.758 para 14.315. As três páginas mantidas pelo Observatório – seu website principal, a Rede Vozes da Educação e o Blog de Olho nos Conselhos – somaram, juntas, 120 mil visualizações (média de 330 visitantes/dia).

As informações e especiais produzidos acabaram por circular de maneira mais ampla, devido à reprodução de reportagens em outros sites e blogs e também à inserção do Observatório em reportagens publicadas em veículos de grande circulação como o jornal Estado de S. Paulo (tiragem média de 300 mil exemplares) e grandes portais como a Rede Brasil Atual, além de portais de sindicatos diversos.

O ano de 2013 marca também o avanço da unidade no acúmulo e incidência em agendas definidas como prioritárias no Plano Trienal 2013-2015, como o papel das tecnologias de comunicação e informação na educação e o papel dos professores diante dessas inovações.

Neste sentido, o início de uma parceria com a **Wikimedia Foundation**, em novembro, proporcionou condições para avançar nos acúmulos sobre o tema, com a previsão da realização de um curso sobre educação, direitos humanos e tecnologias e um mapeamento do campo e de repositórios de Recursos Educacionais Abertos ao longo de 2014.

Outro importante tema que emergiu no debate educacional nos últimos anos, com a atuação cada vez mais intensa e articulada do setor empresarial no campo, é a **relação entre público e privado na educação**, seja por sua presença midiática e em campanhas públicas em torno de suas agendas para a educação nacional, seja pela presença de grandes corporações no ensino superior privado, ou ainda a venda de produtos e serviços para a educação básica pública, notadamente os sistemas apostilados. Neste sentido, a realização de um mapeamento nacional sobre a venda de sistemas apostilados para as redes municipais de educação e do modelo de atuação das cinco maiores empresas do país, iniciado ainda em 2013, deverá trazer avanços significativos na incidência sobre o tema.

6. Ação na Justiça

Atividades e produtos

- Proposição, articulação e participação na **primeira Audiência Pública convocada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo**, que discutiu as violações massivas ao direito à educação infantil no município de São Paulo, nos dias 29 e 30 de agosto de 2013, quando foram ouvidas mais de 40 (quarenta) organizações, movimentos, pesquisadores e autoridades públicas.
- Obtenção de **decisões judiciais paradigmáticas sobre o direito à educação infantil de qualidade no Tribunal de Justiça de São Paulo**, em articulação com o Movimento Creche para Todos, determinando ao Município de São Paulo a criação de 150 mil novas vagas até 2016, sendo no mínimo 105 mil em creches, assegurando-se o cumprimento dos parâmetros básicos de qualidade editados pelo Conselho Nacional de Educação, bem como a apresentação de um plano para a execução da decisão, acompanhado de um regime permanente de monitoramento mediante relatórios semestrais e a criação de uma comissão de acompanhamento.
- Articulação e acompanhamento do **Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil**, que reúne o Ministério Público, a Defensoria Pública, redes de sociedade civil e advogados no enfrentamento de questões relativas à proteção jurídica da educação infantil.
- Realização de **Audiência com o Ministro Luís Roberto Barroso, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.439, sobre o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras**, com a participação das demais instituições

signatárias do Amicus Curiae apresentado e membros da articulação educação e laicidade.

- Realização de **encontro nacional de articulação entre o grupo Educação e Laicidade e o MEEL** – Movimento Estratégico pelo Estado Laico.
- Acompanhamento do **grupo de educação nas prisões em São Paulo** e da **Ação Civil Pública impulsionada em defesa do direito à educação noturna na Penitenciária Feminina de Santana**, que conta com cerca de 2.700 internas e nenhuma oferta naquele turno.
- Seguimento à participação no comitê executivo da Articulação Justiça e Direitos (JusDh), iniciativa de sociedade civil que vem atuando em defesa da democratização da justiça.
- Realização de **processo de avaliação institucional** do programa Ação na Justiça, na ocasião 10º aniversário.
- Manutenção do **site “Direito à Educação e Acesso à Justiça”**.
- Realização de **assessoria técnica ao Instituto Alana** para inclusão do direito à educação no projeto Prioridade Absoluta (www.prioridadeabsoluta.org.br), desenvolvido por tal instituição.

Balanco dos resultados e perspectivas

Na unidade Ação na Justiça, a principal atividade nos campos da assessoria a organizações e movimentos sociais de educação e do litígio estratégico para a promoção de direitos se deu nas **ações coletivas relacionadas à educação infantil em São Paulo**. As Ações Civis Públicas foram propostas entre 2008 e 2010 em nome das organizações que compõem o Movimento Creche para Todos, tendo como propósito exigir a matrícula de centenas de crianças cadastradas pelo Movimento e a apresentação de plano de expansão de vagas e de construção de unidades de educação infantil (creche e pré-escola) em número suficiente para atender a toda a demanda. Nessas ações o Município de São Paulo foi condenado a criar 150 mil novas vagas até 2016, sendo no mínimo 105 mil em creches. Foi determinado o cumprimento dos parâmetros básicos nacionais de qualidade e ainda a apresentação de um plano para a execução da decisão, além de instituído um regime de monitoramento, mediante relatórios semestrais e a criação de uma comissão de acompanhamento.

Por seu caráter abrangente, as ações visam tanto oferecer uma resposta judicial efetiva para o problema da violação no acesso à educação infantil como, relacionado a esse aspecto, dão ao Judiciário a oportunidade de modificar a forma como vêm respondendo a demandas sociais dessa natureza, o que efetivamente começamos a conseguir quando o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu convocar uma inédita audiência pública (dias 29 e 30 de agosto)

justamente para discutir os casos idealizados e propostos pela Ação Educativa. Nessa articulação também foi relevante nossa iniciativa no sentido da criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil (GTIEI).

Outra iniciativa no campo da defesa judicial de direitos que merece destaque é o acompanhamento da **Ação Civil Pública que busca assegurar o direito à educação das mulheres privadas de liberdade na Penitenciária de Santana**. Em 2013, a Justiça determinou que o poder público apresentasse explicações sobre o caso. Além disso, pedimos que fosse realizada inspeção judicial na unidade. Temos como perspectiva seguir fortalecendo a capacidade da sociedade civil no monitoramento das políticas educacionais para a população prisional, utilizando-se, dentre outros meios, dos instrumentos jurídicos de direitos humanos para reivindicar a realização dos direitos dessa população.

No campo das ações pela laicidade do Estado, vale destacar a realização do encontro de articulação entre o **grupo Educação e Laicidade e o MEEL – Movimento Estratégico pelo Estado Laico**, com o objetivo de traçar iniciativas em defesa da laicidade e de prevenção e combate à intolerância religiosa nas escolas públicas. O grupo Educação e Laicidade foi inicialmente constituído pelas organizações que vêm intervindo juridicamente na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.439, contra o trecho do acordo entre o governo brasileiro e a Santa Sé que prevê "ensino católico e de outras confissões" na rede pública de ensino do país (artigo 11, §1º, do Decreto n. 7.107/2010). Em setembro, realizamos audiência pessoal com o Ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso no STF, a quem entregamos nosso posicionamento. No aspecto geral as organizações defendem o posicionamento da PGR, mas também requerem que o STF amplie o enfoque para estabelecer limitações complementares à oferta do ensino religioso nas escolas, como por exemplo, declarando a impossibilidade de custeio de ensino de religião com recursos públicos e proibindo a oferta transversal, muito comum nas séries iniciais do ensino fundamental (6 a 10 anos de idade). Esse último tema se relaciona às apostas da unidade programática na defesa da implementação integral da **Lei n. 10.639/2003 e no combate à discriminação, ao racismo e à intolerância religiosa nas escolas**, tema ao qual dedicaremos o desenvolvimento de novas estratégias de assessoria jurídica e litígio nos próximos anos.

O processo de **avaliação institucional do programa Ação na Justiça**, realizado por ocasião de seu 10º aniversário, tinha como objetivos consolidar e registrar a linha do tempo do Programa, destacando aspectos do contexto interno e externo nas diferentes fases; identificar os pontos de inflexão, seus motivadores, compreendendo as implicações no Programa e também apontar perspectivas de futuro para o Programa, considerando o cenário atual e aprendizados vivenciados na última década. Na evolução histórica foram identificados 3 (três) momentos que marcaram o desenvolvimento das estratégias de atuação da Ação Educativa no sistema de justiça. No momento inicial, tratava-se de reconhecer e identificar o campo e seus atores, enquanto na segunda fase deu-se prioridade à articulação de iniciativas judiciais exemplares, que fossem capazes de levar a perspectiva da educação como um

direito humano fundamental para o debate judicial. Atualmente vivenciamos um momento de complexificação da atuação do sistema de Justiça na educação, marcado pela especialização e disseminação dos órgãos do Ministério Público e da Defensoria Pública – com a criação de promotorias e centros de apoio específicos para a educação -, a explosão de demandas judiciais e de seu tratamento pelo Judiciário. Nesse contexto, os principais desafios não são tanto promover a possibilidade de exigibilidade judicial da educação (justiciabilidade), mas analisar e delimitar a própria atuação judicial. Um exemplo prático dessa mudança de paradigma foi desenvolvido no caso sobre educação infantil acima relatado.

A avaliação identificou que, nesse cenário, tão importante quanto acompanhar algumas demandas e leva-las de forma estratégica à apreciação judicial, será estabelecer parâmetros para a intervenção judicial já disseminada e construir interlocuções mais duradouras com os órgãos do sistema de justiça, como experimentado no caso do GTIEI, em São Paulo. Também será importante avançar na constituição de canais de interlocução entre os campos educacional e jurídico, com o objetivo de propiciar o fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática da política educacional. Isso porque identificamos que, apesar das relevantes mudanças na arquitetura institucional de diferentes órgãos do sistema de justiça, que vem se aparelhando, ainda que de forma insuficiente, para atender a demandas de movimentos e direitos sociais específicos, esse sistema apresenta muitos problemas no tratamento de questões complexas, já que é tendencialmente fechado, tem baixa compreensão sobre o tema educação, tem pouca transparência e, quando decide positivamente, tem dificuldades em implementar as ações judiciais ganhas.

É nesse contexto que apostamos no fortalecimento de iniciativas de litígio estratégico voltadas à consolidação e disseminação das vitórias até então obtidas e também no reforço de nossa capacidade de acompanhamento e crítica às iniciativas do Judiciário nos campos educacional e de direitos humanos. Mostra-se ainda essencial e estratégico difundir a noção de educação como um direito humano e suas implicações no desenho da legislação e das políticas educacionais.

7. Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais

Atividades e produtos

- Realização de **atividade auto-gestionada e aberta “Educação, Justiça Social e Ambiental”**, em conjuntocom o Grupo de Trabalho Internacional em Educação, durante o Fórum Social Mundial 2013, em Tunis – Tunísia. O objetivo da atividade foi ampliar a discussão sobre o atual conceito de desenvolvimento e sobre o foco na educação como Direito Humano e compartilhar o documento “A Educação que Precisamos para o Futuro que Queremos”

- Produção de **cinco matérias e um artigo sobre a agenda da educação no pós-2015**. Ampliar a divulgação de informações e incentivar o debate plural sobre o processo de renovação das Metas do Milênio e agenda de desenvolvimento Pós-2015 o campo da educação.
- Produção de **seis matérias e dois artigos sobre cooperação internacional e a política externa brasileira**. Ampliar a divulgação de informações e incentivar o debate plural sobre a emergência do Brasil como um player global, assim como o aumento das relações sul-sul e seus impactos nas cooperação internacional e na ordem mundial.
- Realização de uma **pesquisa** encomendada pela OXFAM Brasil sobre **“Educação Escolar no Brasil”**, com o objetivo de mapear a situação da oferta educacional no país, assim como oferecer subsídios para a atuação dessa organização no campo dos direitos educativos como forma de enfrentar as desigualdades no Brasil.
- Construção de um **blog da unidade Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais**, com o objetivo de sistematizar e disponibilizar informações sobre o campo da educação no plano internacional, com foco no i) processo Pós-2015 de renovação das Metas do Milênio, ii) monitoramento da atuação dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, OCDE e outras redes de escala global e suas influências nas políticas públicas nacionais, iii) acompanhamento da política externa brasileira com foco nas suas ações no campo educacional, tendo em vista a crescente inserção internacional do Brasil nas últimas décadas e a importância de democratizar a agenda da política externa entendendo-a como uma política pública.

Balanco dos resultados e perspectivas

Desde o início deste século XXI o arranjo internacional tem sofrido alterações em função da emergência dos países em desenvolvimento no Sistema Internacional. A crescente influência dos países asiáticos, com destaque para a China, assim como a Índia, Brasil, Rússia e África do Sul, compondo o grupo chamado BRICS, tem alterado as relações entre os Estados.

A cooperação sul-sul, modalidade de cooperação internacional realizada entre os países do Sul tem aumentado nos últimos anos, fazendo com que outros atores, que não as potências tradicionais, participem mais ativamente das relações internacionais. O crescimento de blocos e acordos entre os países em desenvolvimento, assim como a emergência do G20 frente ao G7 como espaço multilateral de reflexão e organização das questões consideradas de interesse global indicam esse aumento, ainda que desigual, de países participando na arena internacional. Essas transformações não são garantias de uma democratização dos espaços internacionais, mas indicam uma oportunidade de abertura para a atuação de novos atores.

No caso brasileiro, o país se desenvolveu como potência regional e mercado emergente ao longo das últimas décadas, tornando-se um player global importante, e a política externa passou a ocupar um lugar estratégico na agenda governamental. O alargamento da agenda internacional do Brasil tem se pautado pelo investimento na diversificação de seu mapa de atuação e na ampliação das relações com a América do Sul, África e Ásia. O Brasil destinou R\$ 1,6 bilhão de reais para a cooperação internacional em 2010, o que significou um aumento de 91,2% em comparação a 2009. Aproximadamente 34% desse valor foram destinados para cooperação bilateral, tendo a região da América Latina e Caribe e da África como prioritárias (IPEA, COBRADI 2010). Nos últimos dez anos, as exportações do Brasil para os países do Mercosul somaram US\$ 169 bilhões, gerando um superávit de US\$ 46 bilhões para o país. O Brasil é o quarto país com maior presença diplomática no continente africano, com 38 embaixadas, sendo que 19 delas foram abertas nos últimos dez anos.

No plano da educação, o ano de 2015 se aproxima como um marco da agenda internacional da educação. O vencimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, assim como das metas do compromisso Educação Para Todos e da Década das Nações Unidas para a Alfabetização, que se articulam com a iniciativa global “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, trazem consigo uma “janela de oportunidades” para se refletir não apenas a estrutura das metas globais, mas sua importância e efetividade na busca pela melhora das condições humanas em todo o mundo. O aprofundamento da globalização e, conseqüentemente, das relações entre os países torna necessário a existência de espaços multilaterais para a reflexão e proposição de soluções para problemas que ultrapassam fronteiras e afetam todos os países, como é o caso da educação. No entanto, a efetividade das estratégias adotadas até o momento mostra-se frágeis e insuficientes.

Ao redor do mundo muitas crianças ainda são privadas de seu direito à educação fundamental. Ainda que entre 2000 e 2011 o número de crianças fora da escola tenha diminuído quase pela metade – de 102 milhões para 57 milhões –, o progresso na redução vem se desacelerando nos últimos dois anos. As crianças mais pobres são as mais prováveis de estarem fora da escola, sendo que essa realidade é ainda pior entre as meninas. Globalmente, 123 milhões de jovens (entre 15 e 24 anos) não possuem capacidades básicas de leitura e escrita, sendo que 61% são mulheres. 131 milhões de crianças em idade para cursar o Ensino Fundamental estão fora da escola e mais de 755 milhões de adultos ao redor do mundo são analfabetos. A pobreza é um fator determinante na manutenção da exclusão das crianças do sistema escolar, assim como a desigualdade de gênero.

A mobilização de diferentes sujeitos sobre as metas que servirão de guia para a ação não só dos governos nacionais, mas também de organizações da sociedade civil e outros grupos como empresariais e multilaterais, é fundamental para garantir pluralidade de opiniões, experiências e expectativas no processo. Os ODMs influenciaram e influenciam o debate internacional sobre desenvolvimento de diferentes maneiras, ao institucionalizar o consenso

sobre a necessidade de erradicar a pobreza, ao reformular o conceito de desenvolvimento incluindo na sua significação questões sociais antes não levadas em consideração, e ao trazer um caráter multidimensional à definição de pobreza, englobando nela dimensões de educação, saúde, alimentação, emprego, moradia, equidade de gênero e meio ambiente. No entanto, sem mobilização social muito pouco se pode esperar, o que aumenta a responsabilidade dos que estão nestes processos.

As múltiplas transformações nas relações internacionais nos últimos anos podem criar espaços mais sustentáveis e articulações mais democráticas entre os países a depender da capacidade de atuação não apenas dos próprios Estados, mas de outros *stakeholders* como as organizações da sociedade civil. Um novo modelo de desenvolvimento, que respeite e garanta um meio ambiente saudável, assim como relações sociais justas compõem a base da atuação de diversas organizações que buscam melhorar as condições de vida no mundo. O acompanhamento dessa agenda por parte da Ação Educativa tem se mostrado fundamental para uma compreensão ampla do desenvolvimento da democracia no país e para a garantia de que a atuação internacional do Brasil vise a promoção da justiça social, do desenvolvimento sustentável dos países parceiros e a promoção e implantação dos Direitos Humanos, como é a Educação.

8. Trajetórias Juvenis: Educação e Inserção no Mundo do Trabalho

Atividades e produtos

- Formação sobre políticas públicas de educação e trabalho e sobre participação política para que 19 moças e rapazes atuassem como **Jovens Agentes pelo Direito à Educação**. Ao final da formação, os/as participantes produziram dois vídeos sobre ensino médio, que foram disponibilizados no YouTube³.
- Realização, em parceria com a Universidade Federal do ABC, de um **curso de extensão universitária para o uso da metodologia Tô No Rumo: Jovens e Escolha Profissional**, distribuído em três turmas, para 62 profissionais (técnicos de órgão de educação, trabalho e juventude da Prefeitura de Santo André e professores/as da rede municipal e estadual de ensino).
- Oferta de assessoria técnica e apoio material para 11 instituições públicas de ensino e uma organização não-governamental implementarem oficinas de orientação profissional Tô No Rumo, junto a 473 estudantes.

³ Os dois vídeos podem ser acessados no endereço: <http://www.tonorumo.org.br/2013/12/videos-debatem-hierarquia-na-escola-e-acesso-ao-ensino-superior/>

- Publicação de 5 mil e distribuição de 1.500 exemplares do **Guia de Oportunidades Tô no Rumor – ABC**, com informações sobre serviços e programas de acesso ao Ensino Superior, Ensino Técnico, Cursos Populares e mundo do trabalho existentes nos municípios de São Caetano do Sul, São Bernardo, Santo André, Mauá e Diadema. Além das oficinas Tô no Rumor, o Guia foi distribuído também em equipamentos públicos de educação, cultura, esporte e lazer do município de Santo André.
- Estruturação e lançamento, em agosto de 2013, do **site Tô No Rumor** (www.tonorumo.org.br), portal de divulgação de notícias relacionadas à educação, à escolha profissional, ao trabalho e à mobilização juvenil.
- Realização de **oficinas de sensibilização sobre escolha profissional** para 700 adolescentes e jovens, filhos de trabalhadores/as, da Volkswagen do Brasil.
- Organização de três rodas de conversa que tiveram como objetivo apoiar a reflexão de jovens em torno de temáticas da conjuntura política nacional. Foram temas: **o fortalecimento da agenda conservadora em torno da redução da maioridade penal** (83 participantes); **as manifestações de junho e suas questões** (40 participantes); **a juventude negra e as manifestações de junho** (55 participantes).

Balanco dos resultados e perspectivas

A disseminação da metodologia **Tô No Rumor: Jovens e Escolha Profissional**, construída no âmbito do projeto **Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE)**, tem permitido ao programa afirmar e dar visibilidade à ideia de que jovens, sobretudo moças e rapazes dos estratos populares, possuem o direito de ter acesso a informações capazes de permitir-lhes uma reflexão crítica sobre seus caminhos de formação e inserção profissional, e sobre os obstáculos existentes para que possam realizar suas escolhas e trajetórias.

Falar sobre as possibilidades de escolha dos jovens, em nossa avaliação, é uma estratégia inovadora para pautar os direitos educativos e de trabalho da juventude, haja visto que: a) resulta de uma demanda expressada por moças e rapazes, a partir de um diagnóstico realizado pela Ação Educativa; b) permite articular essas duas dimensões (educação e trabalho) na reflexão sobre os rumos tanto das políticas educacionais brasileiras, notadamente as interfaces entre ensino médio e ensino técnico e superior, quanto daquelas dirigidas à promoção do trabalho decente para a juventude brasileira. Tais estratégias estão fortemente orientadas pelos objetivos 6 e 10 de nosso trienal.

A existência de uma metodologia específica de intervenção educativa – oficinas de orientação profissional – tem mobilizado um número expressivo de professores/as, que munidos desse recurso conseguem estabelecer um diálogo profícuo com seus estudantes jovens. Educadores e educadoras avaliam que grande parte dos rapazes e moças se interessam pelas atividades e conseguem delinear melhor seus projetos de formação e inserção no

mundo do trabalho, assim como compartilham percepções a respeito do contexto social e político na qual estão inseridos/as.

Em 2013, entre os 473 estudantes que participaram das oficinas Tô No Rumo a partir da mobilização de seus educadores/as, 79,2% declararam que as oficinas do Projeto "*ajudaram a refletir sobre a importância da escolha profissional*", 62,5% que elas "*apresentaram informações que antes não tinham sobre cursos universitários e faculdades*", 61,4% que elas "*ajudaram a construir planos para o futuro, seja para o trabalho, seja para a faculdade*" e 62,5% que elas "*permitiram compreender melhor o mundo do trabalho*".

Entre aqueles que participaram de oficina de sensibilização, a partir da parceria entre a Ação Educativa e a empresa Volkswagen do Brasil, a percepção positiva das oficinas também é predominante: 95% dos participantes declararam que as atividades impactaram, de algum modo, suas percepções sobre escolha profissional e inserção no mundo do trabalho.

O lançamento do **site Tô No Rumo**, associado à publicação do **Guia Tô No Rumo: Jovens e Escolha Profissional**, previsto para o mês de maio de 2014, sinalizam a possibilidade de uma disseminação mais massiva da metodologia e da pauta da escolha profissional, especialmente no ensino médio. O site e o Guia nos permitirão disponibilizar nossos conhecimentos para um universo potencialmente maior de professores/as e jovens. E a publicação, em especial, nos abrirá a possibilidade de estabelecer parcerias com redes estaduais e governo federal em torno da disseminação da proposta.

Em 2013 encerramos um ciclo de formação de jovens, no âmbito do **Projeto Jade**, realizada na sede da Ação Educativa. Depois de cinco edições, as atividades de mobilização de moças e rapazes para que atuassem como agentes de defesa pelo direito à educação terão continuidade em 2014, mas agora a partir da ação junto a moradores/as do distrito de Sapopemba, na Zona Leste de São Paulo. Essa mudança resulta da avaliação da equipe de que a proximidade com as escolas, a possibilidade de diálogo com professores e com outros agentes do contexto local são dimensões fundamentais para o fortalecimento das iniciativas dos/as jovens agentes.

A pluralidade de regiões de origem dos jovens, bem como o fato de que estes encontravam-se exclusivamente na sede da Ação Educativa, dificultava a constituição de iniciativas que acontecessem em suas escolas ou ex-escolas. Como resultado, nos últimos anos, os jovens vinham construindo iniciativas com vistas à produção de vídeos, que de certa forma respondem aos nossos compromissos de dar visibilidade às demandas e propostas de jovens oriundos das camadas populares e que querem reivindicar seus direitos.

Com a ida para um território da cidade espera-se que, além da visibilidade de suas problemáticas, a formação dos jovens agentes no distrito de Sapopemba fortaleça uma articulação em torno dos direitos educativos de moças e rapazes da região, especialmente daqueles que encontram-se no ensino médio. Por isso, junto à formação, foram delineadas estratégias de articulação local com vistas a também fortalecer atores políticos capazes de

influenciar as políticas e os investimentos do Estado brasileiro na educação de jovens, objetivos do atual Plano Trienal da Ação Educativa.

9. Educação Escolar de Jovens e Adultos

Atividades e produtos

- Elaboração de **curso de letramento com foco no mundo do trabalho** em parceria com o SESI BA. Criação de curso e material didático para trabalhadores da plataforma petroquímica baiana na perspectiva de buscar formatos não-escolares para avanço no nível de letramento e numeramento no contexto do mundo do trabalho.
- **Formação de professores, coordenadores e acompanhamento da gestão da educação de jovens e adultos** nos municípios de Itabira e São Gonçalo do Rio Abaixo, em Minas Gerais. Reelaboração da proposta curricular dos municípios para EJA.
- **Avaliação externa dos projetos realizados pela Fundação Roberto Marinho para a educação de jovens e adultos** no Amazonas e Rio Grande do Norte.
- **Pesquisa sobre perfil e trajetória de vida de educadores (egressos e ativos) do Telecurso** nas redes de ensino de Pernambuco, Rio de Janeiro, Acre e Amazonas.
- **Pesquisa sobre perfil educacional de crianças, adolescentes e jovens atendidos por programas socioeducacionais** da ONG Ação Comunitária.
- Finalização do relatório do **Projeto de Pesquisa Avaliação em EJA: insumos, processos, resultados**.
- Coordenação de coletânea de artigos (além de produção de artigos próprios) sobre alfabetismo, para **publicação comemorativa dos 10 anos do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)**.
- Participação no **Fórum Paulista de Educação de Jovens e Adultos (Fórum EJA)** na condição de membro da coordenação estadual.
- Participação na **Comissão Nacional Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)**, instância consultiva e de apoio ao Ministério da Educação na construção da política pública de jovens e adultos, na condição de representante da sociedade civil.
- **Reformulação da matriz curricular do SESI Nacional** com foco na educação profissional para o ensino médio em parceria e financiamento da UNESCO.
- Parceria com Instituto Abramundo e Instituto Paulo Montenegro para **concepção e elaboração de indicador e pesquisa sobre letramento científico da população jovem e adulta brasileira (ILC)**.
- **Reedição de nova edição da Obra Viver, Aprender** para a Educação de Jovens e Adultos para o 1º, 2º segmento e ensino médio.

- Participação em **seminário internacional para discutir a cooperação Sul-Sul** no âmbito do projeto ECOSS e do desenvolvimento de estratégias para a definição de metas para a sociedade civil no âmbito da cooperação Sul-Sul.

Balanco dos resultados e perspectivas

A queda de matrículas na EJA nos sistemas públicos de ensino tem se colocado como um grande desafio para gestores públicos, pesquisadores e ativistas engajados na efetivação do direito à educação. Trabalha-se com a hipótese de que tal queda de matrículas advém do desinteresse de muitas secretarias estaduais e municipais de educação em investir na modalidade, uma vez que tomam como prioridade os investimentos na educação infantil e ensino fundamental para crianças. O próprio Ministério da Educação também recuou e esvaziou o setor responsável. O problema relaciona-se também com a falta de metodologias adequadas para atuar na modalidade, além de ser necessário investimento para a formação de educadores para atender a esse público específico. Existem também dificuldades no modelo escolar adequado para atender jovens e adultos, pois ainda se espelha excessivamente no modelo da escola para crianças, mantendo longas jornadas no período noturno, que são incondizentes com a vida de trabalhadores que têm longa jornada de trabalho e família.

Visando contribuir com a construção de respostas a esses desafios, a Ação Educativa vem procurando desenvolver pesquisas e experimentos educacionais que superem o modelo tradicional de escolarização, pouco apropriado para o público de jovens e adultos trabalhadores, assim como as iniciativas que barateiam ou servem de subterfúgio à oferta de educação de qualidade para os jovens e adultos. Cada vez mais avançamos na ideia de que as ofertas educacionais para EJA devem ser múltiplas e buscar novos arranjos, métodos e conteúdos, condizentes com os interesses e condições de vida de seu público.

Nesse ano, os projetos de produção pedagógica e pesquisa avançaram nessa linha, assim como as ações de incidência.

Nossa participação no Fórum de EJA e na CNAEJA se pautou por essas orientações, com denúncias e questionamentos constantes dos gestores públicos em relação à retração nos incentivos e ofertas de oportunidades para essa modalidade. Também procuramos divulgar essa análise por meio de inserções na mídia.

As pesquisas realizadas propiciam um conhecimento mais aprofundado acerca da realidade da educação de jovens e adultos no país e nos permitem fazer proposições para novos modelos. O investimento em projetos de formação de professores e gestores das redes públicas de ensino resulta num contato direto com a realidade e possibilita que, junto com a comunidade local, sejam elaboradas soluções adequadas, em cada contexto, no que se refere à construção de propostas curriculares próprias para a educação de jovens e adultos e desvinculadas do que se propõe para crianças nas escolas.

Um dos elementos centrais das formações e assessoria que realizamos, como ocorre nos municípios de Itabira e São Gonçalo do Rio Abaixo, em Minas Gerais, é o investimento na temática dos direitos humanos, uma vez que a educação de jovens e adultos precisa ser vista de um ponto de vista ampliado, que leva em conta as demandas sociais da população que demanda a modalidade.

Tivemos também uma atuação destacada no desenvolvimento de propostas curriculares que levem em conta as demandas do mundo do trabalho. Nesse sentido, estamos organizando em Minas Gerais um catálogo de educação profissional que tem como objetivo organizar as demandas locais reunindo diferentes atores locais para discutir as possibilidades de inserção da formação profissional na educação de jovens e adultos dos municípios de Itabira e São Gonçalo do Rio Abaixo. Além disso, realizamos a proposta curricular da rede SESI integrando a elevação de escolaridade à formação profissional no ensino médio em um caminho inovador que organiza o trabalho por áreas de conhecimento e cria um núcleo de projetos que tenham como foco o desenvolvimento da cidadania e o envolvimento da comunidade mais ampla que a escola. Ainda no âmbito da inovação curricular na EJA, criamos um curso de letramento e numeramento no mundo do trabalho com a finalidade de buscar novos caminhos para o desenvolvimento educacional em contexto de trabalho. Pensamos em um formato de curso e conteúdo adequado às expectativas de jovens e adultos.

Tivemos também um avanço importante no campo da avaliação, com a realização do estudo dos efeitos da metodologia Telessala nos Estados do Amazonas e Rio Grande do Norte, bem como do estudo com os egressos do programa para compreender o impacto da metodologia no percurso formativo e profissional dos mesmos.

Finalmente, merece destaque a continuidade do Projeto ECOSS, em parceria com a Unilab, que inaugura nossa cooperação internacional sul-sul, fortalecendo parcerias com países africanos.

10. Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

Atividades e produtos

As Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões (Resolução CEB/CNE nº 2/2010), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, constituem um marco normativo fundamental para a estruturação de políticas de educação nas prisões como parte das políticas estaduais de educação de jovens e adultos, conforme prevê a legislação nacional e os documentos normativos internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

Com o objetivo de garantir a implementação das diretrizes no estado de São Paulo e em âmbito nacional, estratégias foram elaboradas e executadas no ano de 2013 pelo Grupo de Trabalho em Defesa do Direito à Educação nas Prisões, rede composta pela Ação Educativa,

Conectas Direitos Humanos, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) e Pastoral Carcerária.

- Protocolo de **pedidos de informação** para o Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o número de presos no estado que tiveram suas penas diminuídas por se dedicarem a atividades de trabalho ou de estudo.
- Elaboração e divulgação de **Nota Pública sobre a Política de Educação nas Prisões no Estado de São Paulo** com críticas à proposta apresentada pelo Governo do Estado e com pedido de audiência pública para discussão sobre a política com a população.
- Realização do **Seminário Educação nas Prisões** onde foram organizadas três Mesas de Debate que discutiram o contexto atual da Política Penitenciária, a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões no Estado de São Paulo e a situação do Plano Nacional de Educação nas Prisões.
- Lançamento da **publicação** Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo.
- Sustentação dos processos decorrentes da **Ação Civil Pública** que procura garantir que o Estado de São Paulo assegure o direito à educação de mulheres presas na Penitenciária Feminina de Santana (réplicas, respostas à negativa dos embargos de declaração etc).

Balanco dos resultados e perspectivas

Muito embora as tentativas de interlocução – pedidos de informação, nota pública, reuniões – com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) não tenham sido muito produtivas ao longo do ano, em 16 de janeiro de 2013 foi publicada a Resolução Conjunta SE/SAP n. 1/2013 (firmada entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo). Nela, uma importante modificação na promoção do direito à educação no âmbito das prisões paulistas: a oferta educacional passou a integrar a política de educação de jovens e adultos da Secretaria de Educação do Estado, sendo oferecida por professores vinculados diretamente à SEE-SP, em consonância com o disposto nas Diretrizes Nacionais estabelecidas pela resolução do Conselho Nacional de Educação (Resolução CEB/CNE nº 2/2010).

Certamente, a resolução foi um sinal positivo da atuação da Unidade. Ela não exclui, no entanto, a necessidade de audiências públicas e canais de interlocução para acompanhamento de como esta resolução será implementada na prática; sobre a proposta política pedagógica para a educação de jovens e adultos em prisões; sobre como os professores e professoras serão preparados para atuar naquele espaço que possui inúmeras particularidades.

Assim, a **implementação das diretrizes nacionais de educação nas prisões no estado que concentra a maior população carcerária do país** – São Paulo – permanecerá sendo

objeto de atuação para que o debate público sobre a forma de implementação do Plano Estadual que começa a ser delineado se dê de forma mais ampla possível e que, uma vez definido, haja uma instância de controle e monitoramento de suas diretrizes. Indica-se como perspectiva para estas novas rodadas pensar em novas estratégias como audiências públicas envolvendo o Ministério Público Estadual.

Também se pode considerar como resultado positivo do ano de 2013 o lançamento da **publicação Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo**, que apresenta dados e informações que subsidiam o debate público sobre a necessidade urgente de grandes investimentos em uma política de EJA nas Unidades Prisionais em São Paulo. A publicação busca contribuir com a elaboração de ações destinadas à educação a serem realizadas nas unidades prisionais de São Paulo e em outros estados brasileiros em prol do direito humano à educação de homens e mulheres em espaços de privação de liberdade.

Além disso, foi realizado o **Seminário Educação nas Prisões** com as perspectivas de: 1. discutir a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões no Estado de São Paulo, considerando o contexto nacional; 2. realizar a devolutiva da pesquisa feita pela Ação Educativa e Pastoral Carcerária; 3. lançar a publicação Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo; e 4. afinar estratégias de sociedade civil comprometidas com a implementação das Diretrizes.

Em âmbito nacional, após os bons resultados de 2012 e 2013, a perspectiva é manter o diálogo com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e buscar informações sobre a forma como os diferentes estados brasileiros vêm atuando para garantir que o disposto nas diretrizes nacionais seja realizado na prática, a partir da proposta de Termo de Ajustamento de Conduta encaminhado em 2012.

Outra mudança de contexto, a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) teve seu artigo 126 modificado pela Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, para incluir entre as hipóteses de **remição de dias da pena em função de horas e dias de estudo**. Para esse acompanhamento foram protocolados pedidos de informação para o Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o número de presos no estado que tiveram suas penas diminuídas por se dedicarem a atividades de trabalho ou de estudo. O objetivo do pedido é levantar dados sobre o reconhecimento do direito à remição de pena por trabalho ou por estudo no estado de São Paulo, o que também pode ser um importante indicador sobre o próprio acesso à educação no sistema prisional paulista.

Por fim, a volta para o debate público da proposta de **redução da maioria penal** reforça a necessidade da Unidade defender publicamente o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Este desafio está associado à atuação da instituição junto às unidades de internação da Fundação Casa – por meio do projeto Arte na Casa – e também

como participante da Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca).

11. Ação na Escola

Atividades e produtos

A Unidade Ação na Escola é constituída pelo programa Nossa Escola Pesquisa sua Opinião que dissemina a utilização de metodologias participativas, desenvolvidas pela Ação Educativa e parceiros, e voltadas a escolas.

- Realização de uma **Oficina com professores formadores do Nepso nos polos SP, RJ, MG, RS, PE, BA, DF, PR, Argentina, Colômbia e Peru** para sistematização de experiências docentes. Em decorrência dessa formação foram **sistematizadas 15 experiências de práticas docentes** na implementação do Nepso em sala de aula, nos polos SP, RJ, DF, MG, PE e RS.
- Constituição de **mais um polo de atuação no Peru**, em parceria com a *Universidad Católica do Peru*, perfazendo um total de 13 polos, sendo que em 9 deles há parceria com universidades.
- Realização da terceira edição do **Curso "Aprendizado com pesquisa de opinião: Educação como desenvolvimento local"**, em parceria com a EACH, DRE São Miguel e DE Leste 2: formação na metodologia NEPSO e assessoria na realização das pesquisas nas escolas públicas.

Balanco dos resultados e perspectivas

Em 2013 a metodologia Nepso, como conteúdo de formação inicial e continuada de professores da rede pública, foi incluída também em **projetos de extensão** na Universidade de Brasília – campus Planaltina-DF, além daqueles já realizados pela USP, UFPR, UFMG, UFRPE, Universidade de Caxias do Sul, Universidad de La Frontera, Universidad de Quilmes e Universidad Católica do Peru. Consideramos que essas ações se constituem em experiências promissoras de influência nas políticas públicas de formação docente.

Em continuidade à participação do Nepso em políticas públicas, pelo terceiro ano consecutivo, a inclusão da metodologia NEPSO no programa **"Entrelaçando"** em MG, parceria entre a UFMG e a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, se constituiu em uma experiência exitosa de participação em política pública e estimulou a aproximação com outras iniciativas em curso. Um exemplo é o programa federal Mais Educação, que em Senhor do Bonfim (BA), em parceria com a **Universidade do Vale do São Francisco**, incluiu a metodologia Nepso em seu programa de formação dos docentes e monitores, resultando na finalização de duas pesquisas educativas de opinião.

Uma das fragilidades apontadas ao Programa Nepso pela sistematização externa, realizada em 2011, foi a ausência de sistematização, reflexão e produção de conhecimento sobre as experiências realizadas nos polos. Essa constatação impulsionou a equipe à realização de um curso de sistematização com a ONG Casa7 – Memórias e Aprendizagens, durante o ano de 2012, e em 2013 convidamos os polos a participarem desta experiência com o resultado de **15 sistematizações de práticas docentes no desenvolvimento do Nepso em sala de aula**. O **X Congresso Olhar a prática: um exercício de reflexão**, realizado em outubro em São Paulo, constituiu-se também em oportunidade para promover um alinhamento coletivo das sistematizações de práticas docentes nos polos Nepso, em curso durante o ano de 2013.

12. Arte Educação no Ensino Formal e Não Formal

Atividades e produtos

- Produção do **vídeo Percursos da Arte na Educação** como produto do projeto Memória da Arte-educação no Brasil, realizado em parceria com o Instituto C& A. A obra contém depoimentos de 20 importantes profissionais da área atuantes nos segmentos: museu de arte, universidade, ONGs e ateliês, de todas as macrorregiões do Brasil.
- Continuidade do **Projeto Arte na Casa** junto à Fundação Casa, envolvendo uma equipe de 25 arte-educadores, e atendimento de 14.460 adolescentes em 122 turmas, em 12 modalidades artísticas, em 23 unidades da Fundação.
- Participação no evento de lançamento da **Pesquisa-ação sobre o Plano Articulado de Cultura e Educação**. Realizado durante sessão especial da Comissão Parlamentar de Cultura da Câmara dos Deputados foram divulgados o perfil dos candidatos que concorreram ao Prêmio Mais Cultura nas Escolas que selecionou cinco mil projetos em todo o País.
- Produção de paper de análise do processo de construção **do Plano Nacional de Cultura e Educação**.

Balanco dos resultados e perspectivas

A realização do **Vídeo Percursos da Arte na Educação**, além de seu valor artístico, proporcionou à Unidade um acentuado coeficiente de qualificação dada a repercussão positiva deste produto no campo da arte-educação, colocando a Ação Educativa em uma posição de destaque no campo apesar de nossa incipiente atuação. Colaborou para isso também nossa participação nos encontros da FAEB - Federação de arte-educadores do Brasil e ANPAP – Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ver relatório da Unidade

POEMA), nos quais o vídeo foi divulgado e recebido com muita receptividade. O vídeo também acabou por se converter em valioso recurso didático para as atividades de formação com os arte-educadores que atuam na Fundação Casa através do Projeto Arte na Casa e para outras intervenções semelhantes de formação.

As formações do **Arte Na Casa** estão em processo de reformulação na busca de conteúdos que, por um lado, afirmem os direitos humanos como princípio norteador e, por outro, aprofundem os conhecimentos nas linguagens artísticas em face dos desafios inerentes à prática de arte-educação em ambiente de privação de liberdade.

O acompanhamento do processo de construção do **Plano Articulado de Cultura e Educação** resultou num estudo abrangente e minucioso das iniciativas tomadas pelos Ministérios da Educação e da Cultura, incluindo aí uma análise da principal iniciativa resultante desta conexão, o edital Mais Cultura nas Escolas que contemplou 5 mil projetos em todo o Brasil.

As ações da Unidade de Arte Educação foram de grande relevância e alcance, conferindo a esta, uma prematura consistência e solidez dada a qualidade dos produtos e o alcance de ações, além do potencial de continuidade. O **Projeto Arte na Casa** que já contava com uma proposta pedagógica sistematizada no livro Arte na Medida, ganhou mais um insumo com o **Vídeo Percursos da Arte na Educação**. Ao mesmo tempo as 5 mil escolas que tiveram projetos aprovados no edital Mais Cultura nas Escolas, convertem-se num amplo campo de atuação com inúmeras perspectivas de atuação. Falta à Unidade porém, um melhor direcionamento de sua atuação tendo em vista o profissional que atua como arte-educador. Não parece viável atuar em centros de medida socioeducativa, escolas e ONGs com a mesma dedicação. Esse é um desafio que a Unidade deve enfrentar ao longo de 2014 até o fim deste trienal, a fim de consolidar um plano de ação que vise o arte-educador como centro de suas atenções. O Projeto Arte na Casa está concluindo sua última sistematização do ciclo de cinco anos de atuação na Fundação Casa e completará um esforço de análise da atuação do arte-educador em ambiente de privação de liberdade para adolescentes. O conjunto das sistematizações resultam num compêndio considerável sobre o tema que carece de uma síntese que possa ser divulgada a um conjunto amplo de organizações do campo.

13. Cultura de Periferia: qualificação, estética e difusão

Atividades e produtos

- Manutenção da programação do **Espaço Cultural Periferia no Centro** com apresentações de rodas de samba e o Sarau Bodega do Brasil que, juntos, realizaram 22 encontros mobilizando cerca de 2 mil pessoas.
- Realização da 10ª edição da exposição comemorativa do **Dia do Graffiti** no dia 27 de março com exposição, intervenções e shows ao ar livre.

- Produção de uma sistematização da experiência com as exposições comemorativas do Dia do Graffiti através do livro ***Graffiti em SP – tendências contemporâneas***.
- Publicação de 11 edições da ***Agenda Cultural da Periferia***, somando 110 mil exemplares distribuídos
- Manutenção e atualização do site da ***Agenda Cultural da Periferia*** com uma média de 3 mil acessos mensais.
- Realização de 48 programas de rádio da ***Agenda Cultural da Periferia na Rádio Heliópolis FM***, transmitido via radiofônica e pela Internet.
- Realização da terceira edição do ***Encontro Estéticas das Periferias***, com mais de 150 apresentações em 43 espaços culturais da Cidade de São Paulo.

Balanco dos resultados e perspectivas

Após dez anos de existência da **exposição comemorativa do Dia do Graffiti**, o evento ganhou uma sistematização através do **livro *Graffiti em SP***, organizado pelo coordenador da área, Antonio Eleilson Leite, obra publicada pela Editora Aeroplano dentro da Coleção Tramas Urbanas, coordenada pela pesquisadora Heloisa Buarque de Hollanda.

Apesar de findado o convênio do **Ponto de Cultura**, mantivemos uma programação regular de samba e sarau, além do Programa Revolução Rap, da Radio Heliópolis, e da Rinha dos MCs, ambos realizados regularmente todos os meses, mantendo um dinamismo no Espaço Cultural da Ação Educativa.

Não realizamos mais os vídeos em parceria com o Portal Catraca Livre, mas o programa de rádio, assim como o site da ***Agenda Cultural da Periferia*** foram mantidos regularmente, garantido uma cobertura ampla da cena cultural da periferia.

O ***Encontro Estéticas das Periferias***, que deveria ter sua última edição em 2013, foi mantido por decisão dos grupos culturais e instituições que dele participam. O evento ficou mais abrangente com a adesão dos CEUs e das Fábricas da Cultura, se expandido exatamente para a periferia. Deixou de ser mostra e seminário e passou a ser "Encontro", mantendo sua vocação para renovar-se permanentemente.

Ao final do ano tivemos a confirmação do patrocínio do Banco Itaú para a ***Agenda Cultural da Periferia***, fato que permitirá a um só tempo, manter a publicação, reformar seu projeto gráfico, assim como o site, e realizar uma mostra de artes cênicas no Espaço Cultural Periferia no Centro com 22 espetáculos de teatro e dança. Também no final do ano foi lançado o edital de **Pontos de Cultura da Cidade de São Paulo**, cujas inscrições iniciaram em fevereiro e do qual participamos com uma proposta mais de caráter formativo, incluindo um centro de memória da cultura de periferia. A avaliação do ***Encontro Estéticas das Periferias*** foi muito boa, apontando para uma ampliação ainda maior do evento que deve abranger mais de 400 atrações em 105 espaços da cidade. Este evento, juntamente com a

Agenda da Periferia confirma a credencial da Ação Educativa para **Pontão de Cultura** e isso pode vir a ser confirmado em 2014, pois a Secretaria de Cultura do Estado publicará edital com esta modalidade e vamos novamente a exemplo do que fizemos em 2009 quando ganhamos os editais de Ponto e Pontão, embora este último nunca tenha sido contratado. Por meio do Pontão será possível fazer uma avaliação do Encontro Estéticas das Periferias e produzir conhecimento com base na nossa atuação junto ao movimento cultural da periferia.

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Atividades e produtos

Coordenação Geral

- Titulação da Ação Educativa como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
- Finalização e publicação do **Plano Trienal 2013-2015**.
- Realização de 2 **reuniões de diretoria** (16 de abril e 6 de setembro); consultas telefônicas aos diretores sobre pontos específicos; envio regular do boletim institucional aos diretores e sócios.
- Realização de **Reunião Ordinária da Assembleia de Sócios** em 22 de maio, com eleição de três novos membros da diretoria; discussão de alteração estatutária para adequação ao CEBAS, debate sobre laicidade do Estado e Direitos Humanos.
- Realização de **Assembleia Extraordinária** para aprovação de alteração estatutária que visa adequação ao CEBAS (6 de setembro).
- Realização de 17 reuniões de **Colegiado de Coordenação**.
- Realização de dois **Colegiados Ampliados** para balanço dos projetos Arte na Casa (22 de abril) e Avaliação do projeto Telecurso da Fundação Roberto Marinho (16 de dezembro); realização de **oficina sobre o Marco Legal da ONGs** com participação da diretoria (12 de abril).
- Realização de **Reunião Geral de Planejamento** (7 e 8 de fev.) e **Reunião Geral de Avaliação** (03 e 04 de dezembro).
- Realização de rodada de **reuniões de monitoramento** com as equipes das áreas e coordenação executiva em junho.
- **Supervisão das Unidades de Trabalho** na elaboração, negociação e execução de projetos.
- Participação na Direção Executiva Nacional **da Associação Brasileira de ONGs (Abong)**, com especial dedicação a atividades de incidência no Marco Regulatório das OSCs (legislação adequada, políticas de fomento e ambiente favorável à atuação cidadã).
- Participação no Colegiado de Coordenação da **Rede Nossa São Paulo**.

- Participação no **PAD – Processo de Articulação e Diálogo**.

Setor de Comunicação

- Idealização, articulação e implementação de **planos de comunicação voltados à mobilização social**, com destaque para dois grandes eventos-processos – *Encontro Estéticas da Periferia* e *Audiência Pública sobre o Direito à Educação Infantil em SP* – empregando estratégias de cobertura colaborativa.
- Editoria do **site institucional** da Ação Educativa, com produção e publicação de 223 matérias.
- Animação dos **perfis da Ação Educativa nas redes sociais**; no **Facebook** foram 1.184 posts, com alcance mensal de 1.136 (quantidade de pessoas que visualizam as publicações), 53 pessoas por mês “falando sobre isso” (soma de links, compartilhamentos e comentários) e 4.650 usuários curtindo a página em dezembro de 2013 (em dezembro de 2012 eram 1.922); no **Twitter**, com perfil integrado ao perfil do Facebook, passou-se de 6.123 seguidores em dezembro de 2012 para 9.569 em dezembro de 2013.
- Produção e envio de **boletins eletrônicos** (11 edições do *emAção!*, uma edição do *Estéticas da Periferia*, uma edição do *Juventude na Cidade*)
- Coordenação da produção e distribuição de quatro **notas públicas** com posicionamentos institucionais sobre temas relevantes da conjuntura.
- Assessoria às equipes das Unidades Programáticas na produção e manutenção de **canais de comunicação** (blog do Indicadores da Qualidade na Educação, página da Educação e Relações Raciais, site do Estéticas das Periferias, etc.).
- **Atendimento à imprensa** por meio de 96 encaminhamentos de solicitações de informações e entrevistas; produção e distribuição de 34 avisos de pauta (releases).
- Participação na **feira ONG Brasil**.

Unidade Editorial

- Reedição da **Coleção Viver, Aprender**.
- Reedição da **Coleção Campo Aberto**.
- **Apoio à produção editorial** das Unidades Programáticas (13 livros e 3 folders).

Setor de Tecnologias da Informação

- Pesquisa e seleção de novo software de gestão do acesso à internet, o **OMNE**.
- Suporte e atualização de rede de 110 computadores e notebooks e 16 impressoras.
- Orientação e apoio às equipes para utilização de softwares.

- Implantação de sistema econômico de carregamento de tinta nas duas impressoras mais usadas.

Centro de Eventos

- Manutenção da estrutura física, equipamentos e serviços para **eventos da própria Ação Educativa e público externo**.
- Três **contratos de locação de longa duração** para públicos relacionados à missão institucional (Formação de Jovens do Instituto PROA; curso de inglês para população negra – Ebony; e Curso de Arte-Educação).
- Atendimento a um **público de 31.916 pessoas** em atividades do Ponto de Cultura, teatro, rinhas de MC, liga do Funk, redes juvenis, movimentos sociais parceiros da Ação Educativa, rodas de samba, cursos, debates, reuniões, etc.

Setor Administrativo e Financeiro

- Avanço na **digitalização** de documentos e registros, facilitando a guarda e a consulta.
- Início da parametrização do programa de controle financeiro e contábil com interfaces de internet banking.
- Aprimoramento nas formas de tratamento das informações geradas pela implantação do livro de ponto.
- Incentivo à manutenção das práticas de reuso, reciclagem e redução no uso de energia elétrica, dos papeis, água, vidros e outros materiais.
- Manutenção contínua e reparos no prédio, rede elétrica, telefonia e rede de dados.
- Assessoria à coordenação executiva e coordenação de unidades programáticas e projetos na elaboração de orçamentos e relatórios financeiros.
- Manutenção da sustentabilidade financeira com equilíbrio entre receitas e despesas, controle e administração dos recursos e sua contabilização de acordo com as regras estabelecidas e prestação de contas às instituições doadoras

Balanco dos resultados e perspectivas

A Ação Educativa continua avançando em termos de capacidade de gestão, consolidando os espaços de governança institucionais, integrando e formando novas lideranças. O Setor Administrativo Financeiro também vem respondendo de forma adequada à crescente complexidade dos projetos e mecanismos de captação de recursos e prestação de contas.

Realizamos nesse ano esforços para melhorar nossa capacidade de produção editorial com a implantação de uma unidade especializada, cuja missão principal é dar mais eficiência ao trabalho de produção das coleções didáticas, profissionalizando mais os serviços, por um lado e, por outro, liberando a equipe de EJA para novos projetos de elaboração pedagógica, assessoria e incidência política. Da mesma forma, as equipes das outras unidades puderam contar com o apoio especializado para o fechamento de um número significativo de publica-

ções neste ano. Planeja-se ainda que a nova Unidade Editorial ganhe capacidade de prospectar oportunidades e gestar novos projetos em diálogo com as Unidades Programáticas; porém, não foi possível ainda dar esse passo, devido ao acúmulo de trabalhos. Não obstante, algumas ideias já foram esboçadas e contatos realizados, tendo em vista a produção editorial em formato digital.

Na área de Comunicação, o ano foi de muitas experimentações e realizações relevantes, com destaque para o uso da comunicação como ferramenta de mobilização social. Nessa linha, merece destaque a cobertura colaborativa implementada no Encontro Estéticas da Periferia, contemplando diversidade de vozes e tipos de mídia. Isso foi viabilizado graças à parceria da Ação Educativa com coletivos culturais de periferia, centros de comunicação independentes e mídias alternativas (Outras Palavras, Periferia em Movimento, Revista Vai dá Pé e Revivuo). Isso tudo resultou em 15 mil exemplares do Guia de Programação, animação de canal no Facebook, compartilhamento em sites noticiosos, produção de 5 vídeos, cobertura fotográfica e transmissão ao vivo pela internet do último dia de atividades, além de inserções na grande mídia impressa, no rádio e na TV.

Outro destaque na mesma perspectiva, de utilização da comunicação como ferramenta de mobilização, foi o apoio a unidade Ação na Justiça no processo de mobilização para participação na audiência pública convocada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, para tratar da situação de violação ao direito à educação infantil em creches e pré-escolas no município. Foram planejadas estratégias de comunicação junto aos profissionais de mídia das demais entidades que compunham o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil (GTIEI). O Setor de Comunicação contribuiu com o processo de mobilização de importantes atores de movimentos sociais históricos na luta de reivindicação do direito à Educação Infantil em São Paulo. A Campanha dos Bebês, como ficou conhecida esta mobilização, alcançou os melhores índices do canal do Facebook da Ação Educativa desde a sua criação, por meio de 9 peças gráficas, que alcançaram mais de 72.924 pessoas, além de 695 compartilhamentos dos posts, 397 curtidas e 11 comentários. Além disso, uma coletiva de imprensa com os principais veículos da grande imprensa resultou em 30 inserções na mídia tradicional pautando o problema do déficit de vagas na educação infantil e o envolvimento do Poder Judiciário na exigibilidade do direito à educação.

Reafirmando a articulação em redes e o trabalho colaborativo como estratégia de incidência política e realização da missão institucional, vários projetos foram levados a cabo em parceria com outras organizações da sociedade civil. Tal perspectiva efetivou-se também pelo engajamento na direção da Abong, com intensa atividade de articulação e diálogo com outras organizações e os poderes públicos, visando a conquista de um novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, que abarque legislação adequada, políticas de fomento e ambientes favoráveis à participação cidadã no Brasil.

Resultado Financeiro de 2013

A Ação Educativa fechou o ano de 2013 com um superávit financeiro de R\$ 1.607.890,99, o que representou 16,05% acima das despesas do ano. Este valor foi devido à venda de livros no PNLD entre 2012 e 2013. Conforme as novas normas de contabilização este valor não pode ser transferido diretamente para receita do ano seguinte. Ele deve ser incorporado ao patrimônio social da instituição em 2013.

Quadro 1: Apuração do resultado de 2013

Valores em R\$	
Receitas em 2013	11.625.662,42
Despesas em 2013	10.017.771,43
Resultado Financeiro de 2013	1.607.890,99

Em 2013 foi mantida a tendência de crescimento iniciada em 2007. As despesas da Ação Educativa cresceram 25,38% em relação a 2012. O investimento total nas unidades programáticas e projetos chegou a R\$ 10.017.771,43, conforme demonstrado no quadro 2 Evolução de despesas de 1994 a 2013.

Quadro 2: Evolução de Despesas 1994 a 2013

Valores em R\$		
	Despesa Anual	Crescimento Anual
1994	20.468,08	Fundação
1995	440.453,28	-
1996	728.705,02	65,44%
1997	903.803,26	24,03%
1998	1.139.514,81	26,08%
1999	1.401.359,35	22,98%
2000*	2.048.483,61	46,18%
2001	2.106.114,88	2,81%
2002	3.358.751,71	59,48%
2003	4.986.322,40	48,46%
2004	5.167.433,75	3,63%
2005	4.275.927,31	-17,25%
2006	4.029.360,15	-5,77%
2007	4.515.536,09	12,07%
2008	5.451.756,47	20,73%
2009	5.736.068,58	5,22%
2010	7.028.483,38	22,53%
2011	7.611.368,03	8,29%
2012	7.989.808,83	4,97%
2013	10.017.771,43	25,38%

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.942,86. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426,47.

Considerando os gastos pela natureza das despesas, as duas rubricas com maior aumento absoluto no volume dos gastos foram atividades programáticas, com variação de R\$ 1.889.969,64 e recursos humanos, com variação de R\$ 314.271,98. A terceira rubrica com maior aumento, no valor de R\$ 45.146,40, foi o custo de despesas financeiras e taxas sobre movimentação bancária e aplicação financeira. Conforme se pode constatar no quadro 3, que apresenta a variação das despesas entre 2012 e 2013.

Quadro 3: Comparativo de Despesas entre 2012 e 2013

Despesas por Rubrica	Valores em R\$		Valores em R\$			
	2012	%	2013	%	Varição	Var. (%)
Recursos Humanos	3.290.017,70	41,18%	3.604.289,68	35,98%	314.271,98	9,55%
Atividades Programáticas	3.846.343,13	48,14%	5.736.312,77	57,26%	1.889.969,64	49,14%
Edifícios e Instalações	236.392,04	2,96%	112.020,38	1,12%	-124.371,66	-52,61%
Despesas de Escritório	143.649,77	1,80%	68.340,89	0,68%	-75.308,88	-52,43%
Despesas de Gestão	229.362,61	2,87%	229.626,10	2,29%	263,49	0,11%
Despesas Financeiras e Taxas	74.875,88	0,94%	120.022,28	1,20%	45.146,40	60,29%
Impostos sobre Receitas	124.585,69	1,56%	110.768,43	1,11%	-13.817,26	-11,09%
Acervo	584,99	0,01%		0,00%	-584,99	-100,00%
Móveis e Equipamentos	45.290,62	0,57%	36.390,90	0,36%	-8.899,72	-19,65%
Despesas não operacionais	-1.293,60	0,00		0,00%	1.293,60	-100,00%
Total de Despesas	7.989.808,83	100,00%	10.017.771,43	100,00%	2.027.962,60	25,38%

A análise das despesas das áreas programáticas e setores entre 2012 e 2013 nos mostra que o crescimento das Áreas seguiu o maior volume de atividades. Conforme o quadro 4, só houve diminuição nas gastos dos Focos de Ação Articulada que deixaram de existir no trienal 2013-2015. A partir de 2013 a organização adotada tem como base as unidades programáticas e unidades de gestão e desenvolvimento institucional. Educação foi a área que aumentou em R\$ 1.024.722,18 ou 45,11%. A Área de Cultura aumentou em R\$ 606.483,22, ou 26,07% em relação a 2012. A Área de Juventude aumentou em R\$ 51.317,05 ou 9,05%.

A coordenação geral, planejamento, monitoramento e avaliação, bem como a administração, manutenção e infraestrutura acompanharam o crescimento da instituição. Em anos anteriores parte de seus custos estava incluído na despesa administrativa dos projetos realizados. Apresentamos em 2013 os custos da coordenação, independente de qual projeto suas despesas foram alocadas. Neste sentido o custo da coordenação ficou em R\$ 72.162,92, ou 39,47% maior do que em 2012. A mesma lógica vale para administração, que ficou em R\$ 97.247,36, ou 17,04% maior que em 2012.

A elevação dos investimentos na Área de Cultura se deveu principalmente a cinco fatores: realização do Encontro Estéticas das Periferias; Projeto Futebol de Rua; início das atividades do projeto Jovem Monitor Cultural e continuidade da pesquisa sobre a memória da arte-educação no Brasil, além da continuidade nas atividades do projeto Arte na Casa.

Os investimentos novos na Área de Educação devem-se principalmente a 4 projetos novos: o projeto Indicadores da Qualidade na Educação e os Planos Municipais de Educação, etapa 2; a formação de docentes de EJA em Minas Gerais; o projeto Cor da Cultura realizado na Região Norte do Brasil; e o novo projeto para Desenvolvimento de Conhecimentos Livres.

Na Área de Juventude os destaques foram o projeto Tô no Rumo – que passou a ser implementado também na região do ABC – e a realização de oficinas de sensibilização sobre escolha profissional para 700 adolescentes e jovens, filhos de trabalhadores/as.

Na área de projetos especiais, o maior investimento foi realizado nas atividades do GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial, com foco no Fórum Social em Tunis.

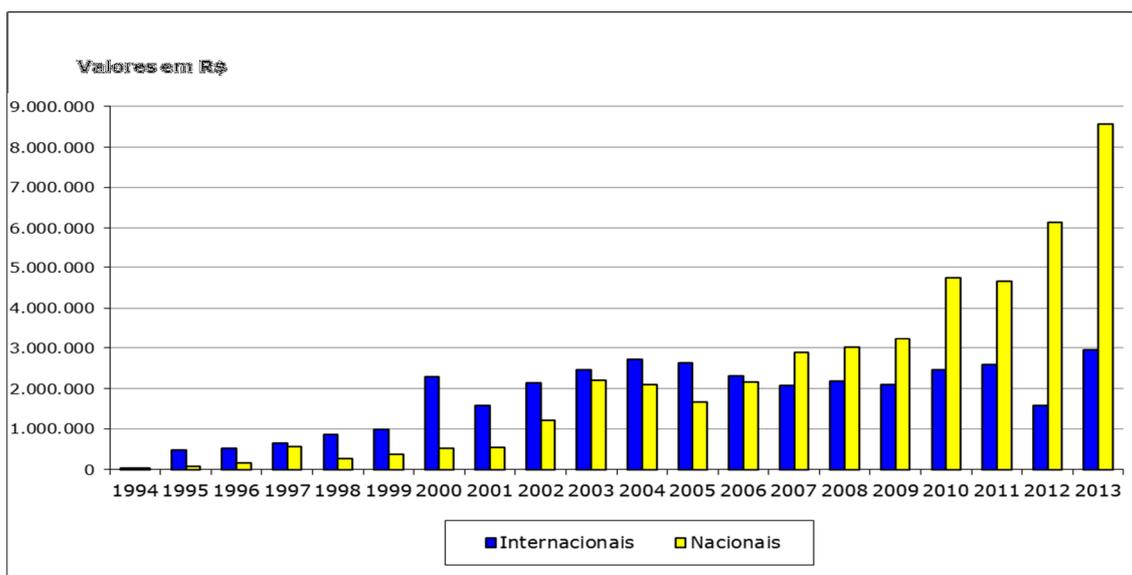
Importante salientar que há formas diferentes de apresentar as despesas da instituição. No quadro 4, Despesas por Áreas, não são consideradas despesas com variação do imobilizado. No quadro 3, Comparativo de Despesas, são apresentadas todas as despesas da instituição, incluindo variação do imobilizado, organizadas segundo a natureza da despesa.

Quadro 4 - Comparativo de despesas das áreas e unidades entre 2012 e 2013

Área Programática, setores	Valores em R\$				Valores em R\$	
	2012	%	2013	%	Variação	Var. (%)
Área Cultura	2.325.929,25	29,58%	2.932.412,47	29,63%	606.483,22	26,07%
Área Educação	2.271.826,64	28,89%	3.296.548,82	33,31%	1.024.722,18	45,11%
Área Juventude	567.235,11	7,21%	618.552,16	6,25%	51.317,05	9,05%
Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais	164.568,30	2,09%	168.737,32	1,70%	4.169,02	2,53%
Focos de Ação Articulada	97.174,86	1,24%	-	0,00%	-97.174,86	-100,00%
Educação de pessoas privadas de liberdade	0,00	0,00%	41.766,41	0,42%	41.766,41	100,00%
Formação			139.454,51	1,41%	139.454,51	100,00%
Coordenação Geral, Planejamento Monitoramento e Avaliação	182.811,42	2,32%	254.974,34	2,58%	72.162,92	39,47%
Administração, Infra-estrutura e Manutenção	570.725,43	7,26%	667.972,79	6,75%	97.247,36	17,04%
Projetos Especiais (*)	1.684.228,95	21,42%	1.777.257,10	17,96%	93.028,15	5,52%
Total das Despesas	7.864.499,96	100,00%	9.897.675,92	100,00%	2.033.175,96	25,85%

(*) Projetos especiais: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial
Observação: As despesas estão alocadas nas unidades e setores de origem das pessoas

No Gráfico 1 é possível acompanhar a evolução das fontes de financiamento ao longo dos 20 anos da Ação Educativa. Em 2013 manteve-se a tendência de crescimento no volume de recursos nacionais - desde 2007 ele é maior que o volume de recursos internacionais. A receita nacional em 2013 significou 74,42% do total de recursos da instituição. A receita internacional representou 25,58% do total das receitas.



O quadro 5 detalha a variação de receitas entre 2012 e 2013, evidenciando um aumento de R\$ 3.678.959,73, que representou 46,30% a mais do que em 2012. Há cinco fontes que contribuíram mais com a elevação das receitas em 2013: empresas mistas, institutos empresariais, organismos internacionais, órgãos de cooperação internacional e prestação de serviços.

Houve diminuição em quatro outras fontes: recursos governamentais federais; fundações internacionais; patrocínio, doações e filiações; e locações.

A variação geral entre receitas de 2012 e 2013 ficou do seguinte modo: a receita nacional ficou maior em R\$ 2.440.476,91, e a receita internacional aumentou em R\$ 1.351.396,63. A captação de recursos sejam eles nacionais ou internacionais dependeu de uma equipe que implementou estratégias institucionais de mobilização e diversificação das fontes de recursos. Isto foi possível porque a instituição pode contar com o apoio internacional e recursos próprios que asseguraram as condições para o funcionamento desta equipe.

Quadro 5: Comparativo de Entradas entre 2012 e 2013

Valores em R\$						
Receitas por Rubrica	2012	%	2013	%	Varição	Var. (%)
Receitas Internacionais	1.594.618,76	20,07%	2.946.015,39	25,34%	1.351.396,63	84,75%
Órgãos de Cooperação	871.216,71	10,96%	1.486.693,36	12,79%	615.476,65	70,65%
Fundações Internacionais	580.909,45	7,31%	499.196,60	4,29%	-81.712,85	-14,07%
Organismos Internacionais	142.492,60	1,79%	960.125,43	8,26%	817.632,83	573,81%
Receitas Nacionais	6.128.180,50	77,12%	8.568.657,41	73,70%	2.440.476,91	39,82%
Recursos Governamentais Federais	311.279,57	3,92%	97.016,88	0,83%	-214.262,69	-68,83%
Recursos Governamentais Estaduais	1.777.596,93	22,37%	1.942.573,26	16,71%	164.976,33	9,28%
Recursos Governamentais Municipais	52.077,53	0,66%	92.228,05	0,79%	40.150,52	77,10%
Empresas Mistas	991.076,29	12,47%	1.886.412,16	16,23%	895.335,87	90,34%
Institutos Empresariais	1.351.392,19	17,01%	2.191.334,29	18,85%	839.942,10	62,15%
Parcerias c/ ONGs e Associações	19.504,79	0,25%	37.239,23	0,32%	17.734,44	90,92%
Prestação de Serviços (*)	277.274,46	3,49%	994.473,52	8,55%	717.199,06	258,66%
Direitos Autorais (*)	1.065.276,84	13,41%	1.124.678,00	9,67%	59.401,16	5,58%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	175.235,30	2,21%	122.186,02	1,05%	-53.049,28	-30,27%
Locações	107.447,00	1,35%	80.516,00	0,69%	-26.931,00	-25,06%
Venda de Publicações (*)	19,60	0,00%	0,00	0,00%	-19,60	0,00%
Receitas Financeiras	223.903,43	2,82%	110.989,62	0,95%	-112.913,81	-50,43%
Total de Receitas	7.946.702,69	100,00%	11.625.662,42	100,00%	3.678.959,73	46,30%

(*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas".

A receita institucional em 2013 foi no valor de R\$ 1.751.678,53, conforme o quadro 6. Ela é destinada aos custos institucionais e ações estratégicas e inovadoras. Esta receita institucional é composta por quatro fontes. As taxas administrativas provenientes de 13 projetos, dos 59 realizados em 2013, que pagaram 10% ou percentual menor para administração, cujo total foi de R\$ 424.298,51. O percentual deste montante aplicado ao total de receitas da Ação Educativa diminuiu para 3,65% da receita da instituição, porque há projetos e convênios que não autorizam taxas administrativas. Pequenas doações de pessoas físicas e jurídicas atingiram R\$ 122.186,02. O recurso proveniente da locação de salas de escritório e espaços para eventos totalizou R\$ 80.516,00. A outra parte da receita institucional, no valor de R\$ 1.124.678,00, provem de recursos da venda de livros do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático.

Quadro 6 - Receitas institucionais		
	Valores em R\$	
Direitos Autorais sobre edição de livros	1.124.678,00	14,15%
Taxa administrativa dos projetos	424.298,51	5,34%
Patroc./Doações/Filiações/Estog.	122.186,02	1,54%
Locações	80.516,00	1,01%
Total de recursos institucionais (*)	1.751.678,53	22,04%

(*) Recursos que são parte da receita anual no valor de R\$ 11.625.662,42

Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Luciana César Guimarães
Orlando Joia (até 20 de maio de 2013)
Milton Alves Santos (a partir de 20 de maio de 2013)

Assessoria da Diretoria

Adriana Barbosa (até 20 de maio de 2013)
Maria Clara Di Pierro
Marília Sposito (até 20 de maio de 2013)
Claudia Lemos Vóvio (a partir de 20 de maio de 2013)
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (a partir de 20 de maio de 2013)
Maria Carla Cocorochano (a partir de 20 de maio de 2013)

Conselho Fiscal

Nilto Ignácio Tatto
Tomás Carmona
Waldemir Bargieri

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral
Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude
Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura
Denise Carreira – Coordenadora da Área de Educação
Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro

Secretaria da Coordenação Executiva

Regina Costa

Sócios Estatutários

Adriana Barbosa
Adriano Jose Lima de Jesus
Ana Lúcia Silva Souza
Ana Paula de Oliveira Corti
Antônio Eleilson Leite
Aparecida Suely Carneiro
Aparecida Neri de Souza
Atiely Santos
Camila Croso Silva
Cláudia Lemos Vóvio
Cleib Aparecida Cupertino (Baby)
Celso de Rui Beisiegel
Cristina Meirelles

Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi
Denise Careira
Deusira Souza Barauna Cremaschi
Eliane Ribeiro Andrade
Elie George Guimarães Ghanem Junior
Fernanda Campagnucci Pereira
Hamilton Farias
Helena Wendel Abramo
Heloisa Helena de Souza Martins
Ismar de Oliveira Soares
José Marcelino de Rezende Pinto
Luiz Antônio Barata
Luiz Eduardo Wanderley
Lucia Cassab Nader
Luciana César Guimarães
Luciana Martinelli
Marcos José Pereira da Silva
Mariângela Graciano
Maria Carla Corrochano
Maria Clara Di Pierro
Maria Cláudia Vieira Fernandes
Maria Virgínia de Freitas
Maria Machado Malta Campos
Marilia Pontes Sposito
Marta Kohl de Oliveira
Marilse Terezinha de Araujo
Michelle Prazeres
Milton Alves Santos
Orlando Joia
Petronilha Gonçalves e Silva
Raquel Souza dos Santos
Regina Célia de Oliveira Costa
Regina Miyeko Oshiro
Regina Soares Jurkiewicz
Renato Souza de Almeida
Renato Márcio Nascimento
Roberto Catelli Junior
Salomão Barros Ximenes
Sérgio Haddad
Vera Masagão Ribeiro
Vicente Rodriguez
Waldemir Bargieri

Sócios Honorários

Aloísio Mercadante
Beatriz Bebiano Costa
Benedito Rodrigues dos Santos

Carlos Alberto Abicalil
Carlos Alberto Alves de Souza (Kall)
Carlos Rodrigues Brandão
Francisco de Assis Ferreira
Gilberto Bento do Nascimento
Jether Pereira de Ramalho
Luiz Percival Leme de Britto
Magda Becker Soares
Míriam Jorge Warde
Nilde Ferreira Balcão
Nilton Bueno Fischer * **In Memória**
Osmar Fávero
Ricardo Young Silva
Sílvia Maria Manfredi
Waldemar de Oliveira Neto
Waldimas Nogueira Galvão * **In Memória**

Unidades Programáticas

1. Diversidade, Raça e Participação

Denise Carreira Soares – Coordenadora
Ananda Grinkraut - Assessora
Jaqueline Santos – Assessora
Marcelo Moraes - Secretário
Ana Lúcia Silva Souza – Consultora
Suelaine Carneiro – Consultora

Projeto Indicadores Qualidade da Educação

Cláudia Bandeira – Coordenadora
Luis Felipe Soares Serrão – Assessor

Projeto Indicadores Qualidade da Educação – Infantil

Valeria Lopes – Coordenadora
Claudia Pimenta – Assessora

2. Jovens na Política e Políticas de Juventude

Maria Virgínia de Freitas - Coordenadora
Gabriel Di Pierro Siqueira – Assessor
Bianca Boggiani Cruz – Assistente de pesquisa

3. POEMA – Políticas, Estéticas, Mobilização e Articulação

Eleilson Leite – Coordenador
Flavia Landgraff – Assessora
Carolina Moraes – Assessora
Lígia Cavalheiro Freire – Assistente
Sara Santos – Assistente
Natasha Alves – Assistente

4. Educação em Direitos Humanos e Cidadania

Sérgio Haddad – Coordenador

Agnes Karoline de Farias Castro – Assistente de Pesquisa

5. Observatório da Educação

Fernanda Campagnucci Pereira - Coordenadora

Gustavo Paiva – Coordenador

Gabriel Maia Salgado – Jornalista

Denise Eloy – Estagiária

Projeto Wiki

Ona Castro – Coordenadora

Célio F. Costa Filho – Assessor

Henrique Rabelo – Analista

Rodrigo Pádua - Analista

6. Ação na Justiça

Salomão Barros Ximenes – Coordenador

Ester Gammardella Rizzi – Assessora

7. Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais

Sergio Haddad – Coordenador

Marina Santos Ghiretto – Assistente

Filomena Siqueira e Silva – Assistente

Olivia Abumanssur – Assistente

Luis Miyazawia – Estagiário

8. Trajetórias Juvenis: Educação e Inserção no Mundo do Trabalho

Raquel Souza dos Santos – Coordenadora

Elias Chagas da Silva – Assessor

Bárbara Lopes - Assessora

Natália Lago - Assessora

Gabriel Di Pierro- Assessor

9. Educação Escolar de Jovens e Adultos

Roberto Catelli Jr.- Coordenador

Luis Felipe Serao – Assessor

Ednéia Gonçalves - Assessora

Michele Escoura – Assistente de pesquisa

Leonardo L. de Souza Matos - Estagiário

Bruna Gisi Martins de Almeida – Assistente de pesquisa

Bianca Boggiani Cruz – Assistente de pesquisa

10. Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

Ester Rizzi - Assessora

Ednéia Gonçalves - Assessora
Claudia Bandeira Assessora
Fernanda Nascimento – Assessora

11. Ação na Escola

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

Marilse Teresinha de Araújo – Coordenadora
Thais Bernardes Nogueira – Assessora
Renato Márcio do Nascimento – Assessor
Leila Márcia Andrade de Oliveira - Assessora
Ednei Leite de Araújo - Estagiário
Joyce Souto – Estagiaria

12. Arte Educação no ensino formal e não formal

Antônio Eleilson Leite - Coordenador

Rodrigo Medeiros – Coordenador Técnico Projeto Arte na Casa
Janaina Aparecida Santana – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa
Gal Souza - Coordenadora de área Projeto Arte na Casa
Fernanda Ribeiro do Nascimento – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa
Márcia Felipe de Lima - Analista de Recursos Humanos
Marcelo Amaro de Souza – Assistente Administrativo e Financeiro
Rogério Pereira dos Santos – Assistente Administrativo e Financeiro
Bianca Jorge Rapine – Auxiliar Administrativo e Financeiro

Arte Educadores

Aldo Eleandro S Dias
Alex Silva M. Valentim
Andre Firmino Virginio
Ana Maria da Silva
Antonio José de Lira
Clayton Caitano Garcia
Daniel Brito Pontual
Daniel Medina Girão Rios
Edivanio Pereira dos Santos
Eduardo J.N. Junior
Elaine Cristina da Silva
Fabio David Parise
Fagner Eric da Silva
Israel R. da Silva Neto
Italo Raphael Mendes da Silva
João Ricardo Patriota da Silva
Joyce Souto Cardoso
James Heitor de Souza Lima

Juscelino da Silva Nascimento
Laís Fernanda Souza da Silva
Lindomar R. de Faria
Lucas Diego Reis Lopes
Marcos Rodolfo S. Gamba
Marisa Cristina de Souza
Michel Ramalho de Toledo
Ocimar Wesley Nogueira
Pamela Candido Rosa
Patrícia A.M. Valentim
Pedro Miguel
Raimundo Postigo de Carvalho
Tamires Freitas de Paulo
Thiago H O dos Santos
Ueder Alexandre da Silva
Victor Leite R de Oliveira
Wander Eloi Monteiro
Wender F.B. Moura

13. Cultura de Periferia: qualificação, estética e difusão

Eleilson Leite – Coordenador

Elizandra Sousa – Assessora

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral

Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude

Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura

Denise Carreira – Coordenadora da Área de Educação

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro

Secretaria da Coordenação Executiva

Regina Costa

Unidades de Suporte

1. Administração e Finanças e Infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador administrativo e financeiro

Karoline Raquel de Aquino Matos - Analista administrativo e financeiro

Renata Tavares Fernandes – Assistente Administrativo e Financeiro

Monica Gomes de Oliveira – Assistente Administrativo e Financeiro

Cirto Lino dos Santos – Assistente Administrativo

Alice Cega – Assistente Administrativo

Camila Menezes – Assistente Administrativo e Financeiro

Deusira Sousa Baraúna Cremaschi - Recepcionista

Francisco Moreira de Souza – Porteiro

2. Comunicação Institucional

Gustavo Paiva – Coordenador

Juliane Cintra - Coordenadora

Gledson Bellei Neix – Webdesign

3. Editorial

Fernanda Bottallo – Assistente

Dylan Ribeiro Vivas Frontana – Assistente

Camila Cysmeiros – Estagiária

4. Tecnologia da Informação

Waldirey Pires de Matos Junior – Analista de Suporte
Felipe Santos de Melo – Jovem Aprendiz
Mario Sérgio de Thomaz – Consultor

5. Centro de Eventos

Edson Aparecido de Lima – Assistente de Produção
Aline Cristina Quedas da Luz – Jovem Aprendiz

Apoios

Apoio Institucional (abrangendo todos os projetos)

- Serviços das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento – EED (Alemanha)

Apoio a projetos/unidades programáticas

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS, ONGs e ÓRGÃOS MULTILATERAIS

ACTIONAID

EED

FRESCE

Fundação Avina

Fundação Ford

Grassroots Foundation

KINDERNOTHILFE

NCA

Open Society Foundations

OXFAM

TDH Alemanha

THE SAVE THE CHILDREN

UNESCO

UNICEF

Wikimedia Foundation

Outros doadores

AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Fundação Casa

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Petrobrás S/A

Secretaria de Estado da Cultura

Secretaria de Direitos Humanos - SDH

Secretaria Municipal de Cultura - CCJ

AGÊNCIAS NACIONAIS, ONGs E ORGANIZAÇÕES PRIVADAS

Associação Artigo 19 Brasil

Editora Global

Fundação Carlos Chagas

Fundação Itaú Social

Fundação Roberto Marinho

Fundação Vale

Fundações e Instituições

IBASE - Instituto Bras. de análises Soc.

Econom.

Instituto C&A

Instituto IBI

Instituto Paulo Montenegro

Instituto Unibanco

Serviço Social da Indústria – SESI

Empresas Sócias Mantenedoras

- Copy Center Ltda
- Editora 34 Ltda
- KI KILOS Restaurante Ltda
- GEM SOM – Aluguel de Equipamento de Imagem e Som Ltda
- Equipe Serviços Especializados S/C Ltda

Anexos

I - Detalhamento das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, convênio 058/2008 e dos demais projetos e atividades da área da Cultura

Recursos Recebidos em 2013 e despesas por financiador para realização das atividades da área da Cultura

1 - Recursos Públicos: Fundação Casa: Projeto "Arte na casa":

Saldo contábil em 31 de dezembro de 2012, menos cheques a compensar em 2013	Receitas transferidas pela Fundação Casa em 2013 mais rendimentos financeiros	Despesas em 2013, recursos humanos mais despesas diretas e indiretas	Saldo bancário em 31 de dezembro de 2013
R\$ 668.091,65	R\$ 1.716.184,78	R\$ 1.850.114,91	R\$ 539.649,78

Contrapartida AE: Projeto "Arte na casa":

Receitas 2013	Despesas 2013	Saldo 2013
R\$ 4.400,30	R\$ 4.400,30	R\$ 0,00

2 - Demais projetos da área da Cultura e suas fontes de recursos

Ponto de Cultura; Agenda Cultural da Periferia; Seminário: "Estéticas das Periferias"; Dia do Grafite; Selo Povo; Memória de Arte e Educação.

Financiador/projeto	Receitas 2013	Despesas 2013	Saldo final em 2013
Atividades do Centro de Eventos	71.798,00	68.644,93	3.153,07
C&A – Memória de Arte e Educação	320.174,46	320.174,46	0,00
Fundação Itaú Social – Agenda Cultural da Periferia	35.000,00	35.000,00	0,00
TDH – Futebol de Rua	141.451,54	141.451,54	0,00
Encontro Estéticas das Periferias – Secretaria de Cultura do Estado	70.000,00	77.563,15	-7.563,15
CCJ – Jovem Monitor Cultural	92.228,05	92.228,05	0,00
Heliópolis mais sustentável	11.016,67	11.016,67	0,00
Seminário Estéticas das Periferias – Secretaria Municipal de Educação	205.982,00	203.288,00	2.693,92
Ponto de Cultura – Secretaria Estadual da Cultura	7.958,00	7.958,00	0,00
C&A – Memória de Arte e Educação	20.892,25	20.892,25	0,00

II - Listagem de atividades

Assessorias

A escolas públicas ou comunidades escolares

Organização	Resultados no ano
E. E. Professor Moacyr Campos, em São Paulo; E. E. Professor Milton Cruzeiro; E. E. Deputado Shiro Kyono; E. E. Professor Arthur Chagas Júnior; E. E. 16 de Julho; E.E. João Baptista Marigo Martins; E.E. Padre Agnaldo Sebastião Vieira.	443 estudantes do Ensino Médio tiveram acesso, a partir da mobilização de 12 professores(as), a informações sobre possibilidades de continuidade de seus estudos e de inserção profissional e problematizaram questões relacionadas aos desafios de inserção de jovens após a conclusão do ensino médio.
Centro Público de Formação Profissional Armando Mazzo; Centro Público de Formação Profissional Júlio de Grammont; EMEIF Carolina Maria de Jesus; Escola Municipal Dom Jorge Marco Oliveira	52 estudantes do Ensino Fundamental na modalidade Jovens e Adultos tiveram acesso, a partir da mobilização de 08 professoras, a informações sobre possibilidades de continuidade de estudos e de inserção profissional e problematizaram questões relacionadas aos desafios de inserção de jovens após a conclusão do ensino médio.
Pré-Teste dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola	Participação de 80 pessoas de 3 escolas do Maranhão, Bahia e Minas Gerais no pré-teste do material.
Associação do Movimento de Moradores do Parque Rodrigo Barreto – Arujá (SP)	A partir de mobilização da Associação, em 2011 foi proposta Ação Civil Pública contra o Município de Arujá e o Estado de São Paulo em defesa do direito à educação de jovens e adultos de moradores do Parque Rodrigo Barreto, bairro do Município de Arujá-SP. Em 2013 deu-se seguimento a esse acompanhamento, com a produção de Réplica às contestações e com a manutenção de contato permanente com os membros da Associação.

A órgãos da administração pública

Organização	Resultados no ano
Coordenadoria de Juventude de Santo André	01 projeto foi elaborado e aprovado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) para implementação da Estação Juventude na cidade de Santo André.
Secretaria Municipal de Educação de Santos/SP	Adesão da Secretaria à proposta de experiência-piloto de uso assistido dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil na política de avaliação da educação infantil do município.
Secretaria Municipal de Educação de Franco da Rocha/SP	Adesão da Secretaria à proposta de experiência-piloto de uso assistido da coleção De Olho nos Planos no processo de revisão do Plano Municipal de Educação.

A ONGs, OSCs, instituições de ensino superior

Organização	Resultados no ano
CIEDs - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável	20 educadores/as que atuam em organizações sociais apoiadas pelo programa Raízes do Futuro tiveram acesso a informações, práticas e metodologias para o trabalho de orientação profissional com jovens das camadas populares.

Grupo de dez universidades federais integrantes da pesquisa nacional "Violência e Preconceito das Escolas".	Assessoria e formação de 20 profissionais e coordenadores de polo da pesquisa nacional sobre a metodologia abordada no Guia Participação de Crianças e Adolescentes na construção e revisão de Planos de Educação, da Coleção De Olho nos Planos.
Instituto Alana	Assessoria técnica na redação e estruturação da área dedicada ao direito à educação na página eletrônica do projeto Prioridade Absoluta (www.prioridadeabsoluta.org.br).

A articulações intersetoriais

Organização	Resultados no ano
Grupo Técnico Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	Envolvimento de 18 organizações, instituições, universidades e movimentos nas discussões sobre as contribuições dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil para as políticas públicas de educação (MEC, UNICEF, UNDIME, UNCME, Faculdade de Educação da USP São Paulo e USP Ribeirão Preto, Universidade Federal do Paraná, de MG e AL, MIEB, Instituto Avisa Lá, Cenpec, Todos pela Educação, Fundação Carlos Chagas, Fundação Victor Civita, GT de Educação Infantil da ANPED, Fórum Paulista EI e Instituto Avante).
Grupo de Coordenação dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	Reunião do grupo de coordenação (MEC, UNICEF, UNDIME e Ação Educativa) para formulação da proposta metodológica de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil na política de avaliação da/na educação infantil e de seu acompanhamento em um município paulista, e sua submissão ao grupo técnico.
Grupo Técnico Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Fundamental	Envolvimento de 9 organizações, escolas, instituições, universidades e movimentos para elaboração da 4ª edição dos Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Fundamental (MEC; UNDIME; Universidade Federal de PE (CEEL); CENPEC; CEDAC; Instituto Avisa Lá; Fundação Victor Civita; Universidade de São Paulo (FFCRLP); EMEF Fernando de Azevedo).
Grupo Técnico Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola	Envolvimento de 7 organizações, instituições, universidades e movimentos para revisão dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola (ONG Se essa rua fosse minha (RJ); Instituto de Formação (MA); SEPPIR (DF); Instituto AMM Psique & Negritude (SP); CEAFFRO/UFBA (BA); UFMG (MG) e Geledés - Instituto da Mulher Negra).
Comitê de Parceiros da Iniciativa De Olho nos Planos	Formação e articulação de um Comitê de Parceiros com representantes de diferentes instituições que pretendem atuar conjuntamente na agenda dos Planos de Educação (UNICEF, UNCME, UNDIME, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Instituto C&A, Ação Educativa, ANPAE e pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas).
Grupo de Instituições Formadoras do projeto "A cor da cultura III" – Canal Futura	Participação no grupo de 11 instituições formadoras do projeto "A cor da cultura" para concepção e realização de formação de profissionais da educação. São elas: Ação Educativa, Geledés- Instituto da Mulher Negra, Associação Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes – ACEAA (RJ), Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP (RJ), Instituto de Juventude Contemporânea – IJC (CE), Instituto de Desenvolvimento Cultural Nova Iguaçu – INDEC (RJ), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná – NEAB/UFPR (PR), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia – NEAB/ UFU (MG), N'Zinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte (MG), Instituto Odara (BA) e Inclusão TECX (PA).
Movimento Creche para Todos	Articulação interinstitucional e acompanhamento de diversas ações judiciais propostas em anos anteriores em nome de uma série de organizações que compõem o movimento: Instituto Padre Josimo. Centro de Educação Popular e Direitos Humanos de Campo Limpo (CDHEP), Instituto Lidas, Associação de Moradores da Vila Clara. Contato com famílias e andamento em seus pedidos judiciais de indenização por descumprimento de decisões judiciais.

Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil - GTIEI	Articulação e incidência no grupo, constituído em 2012 com o objetivo de articular iniciativas comuns em defesa do direito à educação infantil, reunido para isso os principais atores no litígio para a promoção desse direito: Ação Educativa, Ministério Público – GEDUC, Defensoria Pública, advogados(as) e articulações da sociedade civil.
Grupo sobre Educação nas Prisões em São Paulo	Articulação e incidência no grupo, criado em 2010, com o objetivo de impulsionar a implantação do direito à educação escolar nas unidades de privação de liberdade do Estado de São Paulo.

Outros

Organização	Resultados no ano
Jovens participantes do projeto NEPSO (Ação Educativa/IPM)	12 jovens tiveram acesso a informações e conteúdos para construir suas pesquisas de opinião com foco nas questões de gênero, sexualidade e movimentos sociais (feminismo e LGBTT).

Atividades de Formação**Dirigidas a jovens**

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total de horas	Total de participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Fundação Casa	122	18.104	14.460	Jan-Dez	Promoção de oficinas artísticas para adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa de internação e internação provisória em 19 unidades da Fundação Casa. Áreas e modalidades trabalhadas: <u>Artes do Corpo</u> : Capoeira, Dança de Rua e Danças; <u>Artes da Palavra</u> : Literatura, Fanzine e Rap; <u>Artes Visuais</u> : Desenho e Pintura, Graffiti, Escultura, Fotografia e Cinema; <u>Artes Cênicas</u> : Teatro do Oprimido e Jogos teatrais; <u>Artes do Som</u> : Discotecagem e Violão
Ação Educativa	1	370	21	Abr-Dez	Foram formados 21 jovens (11 moças e 10 rapazes) como agentes pelo direito à educação (JADEs). Dentre as pautas trabalhadas no âmbito do tema geral da formação, destacam-se as lutas sociais pelo direito à educação, questões relacionadas ao Ensino Médio e desigualdades existentes no acesso à educação, sobretudo as relacionadas ao ingresso de jovens pobres no ensino superior público. Como ação de caráter prático, os jovens produziram dois vídeos sobre questões relacionadas ao Ensino Médio: relações de poder dentro da escola e as desigualdades que impactam o acesso de jovens pobres ao ensino superior público (citados em <i>Publicações</i>).
Volkswagen do Brasil	18	4	481	Setembro	481 jovens, filhos de trabalhadores/as da Volkswagen, participaram de oficina de sensibilização sobre escolha profissional e receberam informações sobre caminhos de continuidade dos estudos e inserção profissional.

Centro Profissionalizante Lar Girassol	2	24	30	Novembro	Foram formados 30 jovens participantes de projetos de formação e qualificação profissional realizados pelo Centro Profissionalizante localizado no Grajaú. Os jovens tiveram acesso a informações e reflexões sobre os caminhos possíveis de continuidade dos estudos, formação e inserção profissional. Também puderam problematizar, a partir de uma visão crítica, os principais desafios concernentes à satisfação dos direitos educativos e de trabalho da juventude. Especial atenção foi dada à Lei 12.711/2012, que garante a instituição de cotas sociais e raciais no acesso às vagas de graduação nos estabelecimentos de ensino superior federais.
Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso	01	30	30	Nov-Dez	Formação teórica em Gestão Cultural abordando o tema das políticas públicas de cultura no âmbito federal, estadual e municipal

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários etc.)

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total de horas	Total de participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa / Fundação Casa	1	144	25	Jan-Dez	Formação destinada aos arte-educadores do projeto Arte na Casa. Os temas abordados são desenvolvidos à luz dos direitos humanos, práticas e conceitos artísticos, medida socioeducativa, ECA – Estatuto da Criança e Adolescente e Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
Secretaria Municipal de Educação de Itabira (MG)	02	88	34	Fev-Dez	Formação de Gestores (EJA): 28hs Formação Professores (EJA): 60hs Temas: Letramento, Numeramento, C.Humanas, C. Natureza, Juventude na EJA, EJA e o Mundo do Trabalho.
Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	02	88	21	Fev-Dez	Formação de Gestores (EJA): 28hs Formação Professores (EJA): 60hs Temas: Letramento, Numeramento, C.Humanas, C. Natureza, Juventude na EJA, EJA e o Mundo do Trabalho.

Ação Educativa	1	100	36	Mar-Dez	Terceira edição do Curso "Aprendizado com pesquisa de opinião: Educação como desenvolvimento local", em parceria com a EACH, DRE São Miguel e DE Leste 2: Formação na metodologia NEPSO e assessoria na realização das pesquisas nas escolas públicas.
Ação Educativa	1	24	28	14 a 16 de Março	Oficina com profs. formadores do Nepso nos polos SP, RJ, MG, RS, PE, BA, DF, PR, AR, CO, Peru para sistematização de experiências docentes.
Ação Educativa	1	16	20	02 e 03 de Abril	Oficina de Formação Inicial em parceria com CEDAPS (RJ) e com Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito;
Ação Educativa/PUC Peru	1	16	16	18 e 19 de Maio	Peru: oficina de formação inicial na metodologia Nepso para constituição do polo, em parceria com a Universidad Católica do Peru
Secretaria Estadual de Educação de Rondônia	1	4	108	Maio	Formação com professores da rede estadual sobre a coleção didática Viver, Aprender - Alfabetização e Anos Finais do EF.
Secretaria Municipal de Educação do Guarujá (SP)	1	4	9	Junho	Formação com professores da rede municipal sobre a coleção didática Viver, Aprender - Alfabetização e Anos Iniciais do EF.
SME de São Bernardo do Campo / Prefeitura de Santo André / Diretoria de Ensino de Santo André, órgão vinculado à SEE / Lar Girassol	3	32	62	Set-Out	62 educadores participaram de formação voltada para uso da metodologia Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional. Educadores/as e técnicos vinculados a diferentes órgãos da Prefeitura de Santo André tiveram acesso a subsídios teóricos e práticos para o trabalho educativo com jovens, tendo como ênfase questões relacionadas à escolha profissional, a inserção de moças e rapazes no mundo do trabalho e as possibilidades de continuidade dos estudos após a conclusão da educação básica.
SME de Itabira	1	8	29	Outubro	29 educadores participaram de formação sobre as especificidades da condição juvenil e suas demandas com relação à instituição escolar, especialmente para a educação de jovens e adultos. Num segundo momento, professores foram apoiados à distância para aprofundamento de questões e realização de atividades práticas.

SME de São Gonçalo do Rio Abaixo	1	8	18	Outubro	18 educadores participaram de formação sobre as especificidades da condição juvenil e suas demandas com relação à instituição escolar, especialmente para a educação de jovens e adultos. Num segundo momento, professores foram apoiados à distância para aprofundamento de questões e realização de atividades práticas.
Fundação Roberto Marinho/ Canal Futura	12	28	400	17 a 19 de setembro 13 a 16 de agosto 27 a 29 de agosto	Realização de oficinas com profissionais da educação sobre a lei 10.639/03 e a metodologia "A cor da cultura" nos estados do Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul.
EMEF Armando Righetti	2	12	30	23/09 e 14/10	Realização de três oficinas em dois períodos sobre Educação e Relações Raciais com 30 profissionais da educação.
EMEF Armando Righetti	1	4	50	18/11 e 7/12	Realização de uma oficina com 50 profissionais da educação e membros da comunidade escolar com a metodologia Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar.
Prefeitura de São Paulo	1	6	140	12/07	Realização de oficina com educadores do programa Recreio nas Férias sobre a metodologia de participação das crianças e adolescentes.
Secretaria Estadual de Educação	1	3	50	17 a 19 de setembro 13 a 16 de agosto 27 a 29 de agosto	Videoconferência sobre Gestão democrática e Relações Raciais para os quadros técnicos das Diretorias Regionais de Ensino.

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	1	4	32	22 de agosto	Realização de exposição em mesa de debate sobre Diversidades e Desigualdades na Educação e de oficina e distribuição de materiais referentes à iniciativa De Olho nos Planos, durante o encontro nacional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com a participação de seus Comitês Regionais e coordenação nacional.

Dirigidas a equipes técnicas e outros membros dos poderes públicos

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Grupo de 10 Universidades Federais da pesquisa nacional "Violência e Preconceito nas Escolas"	1	8	20	??	Realização de oficina para 20 profissionais e coordenadores de polo da área de psicologia do projeto de pesquisa de abrangência nacional "Violência e Preconceito nas Escolas" sobre a metodologia de participação de crianças e adolescentes.

Dirigidas a públicos mistos

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Centro de Pesquisa e Formação SESC	1	4	10	13 e 14 de junho	Apresentação da pesquisa "Educação e Desigualdades na cidade de São Paulo", no âmbito da programação do Centro de Pesquisa e Formação (Pesquisa em Foco)
Observatório da Educação e ONG Artigo 19 no âmbito do Festival de Direitos Humanos de São Paulo	1	3h	20	??	Difusão da Lei de Acesso à Informação para pesquisadores, jornalistas, sociedade civil e comunidade escolar e distribuição da cartilha "Acesso à Informação e Direitos À Educação"
Observatório da Educação e ONG Artigo 19 no âmbito do Fórum Mundial de Direitos Humanos	1	1h30	26	??	Difusão da Lei de Acesso à Informação para pesquisadores, jornalistas, sociedade civil e comunidade escolar e distribuição da cartilha "Acesso à Informação e Direitos À Educação"

III – Pesquisas**Pesquisas concluídas**

O ProJovem Urbano: seus impactos nas políticas de EJA e Juventude e na trajetória educacional dos jovens (2011-2013)
A pesquisa buscou alargar a compreensão sobre o ProJovem Urbano (PJU) jogando luz sobre os contornos da execução do programa, compreendendo as vozes que estão por trás de sua implementação e elucidando seus desafios, com o objetivo de extrair recomendações para o aperfeiçoamento de programas como o ProJovem, para as políticas educacio-

nais dirigidas a jovens com baixa escolaridade e acerca dos melhores desenhos para sinergia do ProJovem com as outras políticas voltadas à juventude.

Para tanto, além de um levantamento bibliográfico, realizou-se um estudo quantitativo, envolvendo uma análise comparativa dos bancos de dados do PJU e da EJA (INEP/Censo escolar), no que diz respeito aos perfis de seus respectivos estudantes e educadores e às condições materiais das escolas que oferecem tais opções. Realizou-se também um estudo qualitativo acerca da implementação do PJU em 10 municípios brasileiros, buscando identificar as percepções de gestores, educadores e estudantes acerca do PJU e de suas relações com a educação de jovens e adultos e com as políticas de juventude.

Educação Escolar no Brasil

Pesquisa produzida por solicitação da OXFAM Brasil, com o objetivo de oferecer subsídios para atuação desta organização no campo dos direitos educativos como forma de enfrentar as desigualdades no Brasil.

A perspectiva tomada para a sua elaboração foi o de relacionar os impactos das desigualdades brasileiras nos resultados educacionais, apontando os entraves para a realização plena deste direito para toda a população. Nesta perspectiva, o trabalho indica como a sociedade civil vem se organizando na luta por este direito, suas pautas e os principais temas em disputa.

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE O PERFIL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO PRISIONAL

Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo

Relatório de pesquisa que apresenta o resultado da segunda etapa da pesquisa intitulada "Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo", que teve como objetivo a produção de dados e informações que colaborem com a elaboração das ações destinadas à educação a serem realizadas nas unidades prisionais de São Paulo pelos órgãos governamentais responsáveis no sistema prisional paulista. (inserir descrição)

IV – Publicações

Publicações impressas

Livros e cadernos

Diálogos com o mundo juvenil na EJA

Publicação destinada a professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as e demais membros das equipes escolares que atuam na oferta de Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EF-EJA) nos municípios de São Gonçalo do Rio Abaixo e Itabira. O caderno fez parte dos insumos e recursos utilizados no âmbito do projeto de construção de proposta de organização curricular nos referidos municípios, realizado pela

Ação Educativa a partir da parceria com a Fundação Vale.
Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
A publicação apresenta dados e informações que subsidiam o debate público sobre a necessidade urgente de grandes investimentos em uma política de EJA nas Unidades Prisionais em São Paulo. Busca contribuir com a elaboração de ações destinadas à educação a serem realizadas nas unidades prisionais de São Paulo e em outros estados brasileiros em prol do direito humano à educação de homens e mulheres em espaços de privação de liberdade.
Coleção De Olho nos Planos
A coleção visa estimular processos participativos de construção e revisão de Planos de Educação. É composta pelo Portal De Olho nos Planos (http://www.deolhonosplanos.org.br/), 3 Guias, 4 Folhetos e a Coleção Indicadores da Qualidade na Educação: <u>Guias</u> <ul style="list-style-type: none">- A Construção e a Revisão Participativas dos Planos de Educação.- A participação de crianças e adolescentes e os Planos de Educação.- O uso da coleção Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão participativas de Planos de Educação. <u>Folhetos</u> <ul style="list-style-type: none">- De Olho nos Planos: por uma participação que faça dos Planos de Educação um avanço na garantia de direitos!- Indicadores da Qualidade na Educação: ampliando a participação na avaliação educacional.- Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar.- O Direito de Pessoas Jovens e Adultas à Educação: a EJA e os Planos de Educação.
Coleção Indicadores da Qualidade na Educação
Os Indicadores da Qualidade na Educação constituem-se em uma proposta de autoavaliação escolar. A Coleção Indicadores é parte da Iniciativa De Olho nos Planos. É composta por 3 publicações (Ensino Fundamental, Educação Infantil e Relações Raciais), 2 delas revisadas em 2013 e 1 caderno temático: <ul style="list-style-type: none">- Indicadores da Qualidade na Educação – 4ª edição.- Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola- Caderno Monitoramento dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.
Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar
A Coleção tem por objetivo contribuir para que as escolas desenvolvam processos de autoavaliação participativa sobre a implementação da lei 10.639, ampliem a roda de pessoas e coletivos envolvidos com a superação do racismo e de outras discriminações e

construam um plano de ação estratégico que gere transformações efetivas no cotidiano escolar.

É composta por 5 materiais:

- Afro-brasilidades em Imagens: conjunto de 9 cartazes
- Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola (integra também a Coleção Indicadores da Qualidade na Educação).
- Guia Metodológico
- Vídeo 1- Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar
- Vídeo 2 – Educação e Relações Raciais: diálogos Brasil e África do Sul

Educação e desigualdades na cidade de São Paulo

A publicação apresenta e analisa dados educacionais e orçamentários oferecendo subsídios para o debate público sobre os rumos da educação na cidade de São Paulo. Busca contribuir com informações para o necessário investimento em transparência das informações, processos participativos e gestão democrática que ampliem e qualifiquem os parâmetros de demanda social por direitos na cidade e influenciem efetivamente as políticas educacionais em prol da garantia do direito humano à educação de qualidade para todos e todas.

Informe Brasil-Gênero e Educação: educação não sexista e anti-discriminatória

A publicação apresenta, a partir da geração, sistematização e análise de um conjunto de informações, um panorama dos desafios atuais sobre as relações de gênero e educação no país. Busca-se, com isso, oferecer subsídios para o debate amplo, plural e democrático, comprometido com a conquista de avanços concretos e cotidianos e a superação das diversas e profundas desigualdades presentes na educação brasileira.

Publicações virtuais

Ensino Médio em dois pontos: barreiras no acesso ao ensino superior

Vídeo produzido no âmbito da formação dos Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE). A partir de entrevistas com professores, jovens e especialistas, o vídeo se propõe a discutir o acesso de jovens pobres ao ensino superior público, as desigualdades que impactam esse acesso e as políticas de ação afirmativa existentes.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qvX_FJUzRk0

Ensino Médio em dois pontos: estruturas invisíveis

Segundo vídeo produzido no âmbito da formação dos Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE). As entrevistas com professores, jovens e especialistas fomentam, no vídeo, uma discussão sobre as relações de poder que se revelam na escola e as possibilidades de construção de uma escola mais democrática.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r0W1FqFQ94g>

Artigos e capítulos de livro**Collective action to improve the quality of education in Brazil**

Artigo sobre a metodologia dos Indicadores da Qualidade na Educação publicado em "THE RIGHT TO LEARN: Community participation in improving learning. Save the Children, dezembro 2013.

Disponível em http://www.savethechildren.org/atf/cf/%7B9def2ebe-10ae-432c-9bd0-df91d2eba74a%7D/THE_RIGHT_TO_LEARN.PDF

V - Promoção de eventos

Nome do evento	Parceiros	Total de participantes	Local	Data	Descrição, resultados
Papo com Dados Educacionais	Progrmadores, jornalistas e pesquisadores da área da educação	40	São Paulo	23 de fevereiro	Debate sobre formas de divulgar dados disponibilizados pelo poder público e oficina de pedidos de informação por meio da Lei de Acesso à Informação
Fórum Social Mundial Túnis 2013	Grupo de Trabalho Internacional em Educação	80	Túnis (Tunísia)	27 de março	Atividade auto-gestionada para troca de experiências e reflexões sobre o papel da Educação para a promoção da justiça social e ambiental
Expo Graffiti 2013	12 coletivos de graffiti	600	São Paulo	27 de março a 31 de abril	Realização de mostra de 27 trabalhos em tela; quatro intervenções de rua; evento de abertura com shows
Papo com Dados Educacionais	progrmadores, jornalistas e pesquisadores da área da educação	24	São Paulo	5 de maio	oficina de extração de dados do Censo Escolar e a apresentação de algumas ferramentas de visualização desenvolvidas durante a Hackathon de Dados do Inep
Planos municipais de educação: desafios na gestão da educação básica	FCC (Departamento de Políticas Educacionais) e Comitê de Parceiros De Olho nos Planos	300	São Paulo	07 de junho	Apresentação da Iniciativa De Olho nos Planos e promoção do debate acerca dos desafios sobre a construção e implementação dos Planos de Educação no país.

Seminário de Qualificação - Nepso	Escolas/Instituto Paulo Montenegro	300	São Paulo	08 de Junho	Qualificação teórica das pesquisas em andamento.
Debate sobre redução da maioria penal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e Ação Educativa	100	São Paulo	12 de junho	O encontro reuniu 80 estudantes do 2º ano do Ensino Médio no Instituto Técnico Federal e 20 jovens que participavam do projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE).
Jornadas de Junho e Juventudes Negras	Fundação Friedrich Ebert	50	São Paulo	12 de julho	??
Encontro estéticas das Periferias	39	20.000	São Paulo	27 de agosto a 01 de setembro	Realização de atividades artísticas e de debates, além de oficinas e exposições promovendo a cultura da periferia pelo seu potencial artístico
Encontro Nacional de Articulação entre o grupo Educação e Laicidade e o MEEL	MEEL, OLÉ, Conectas, ECOS, CLADEM, Geledés, Plataforma DhESCA	22	Brasília (DF)	24 de setembro de 2014	Iniciativas comuns entre as articulações nacionais que atuam em defesa da laicidade na educação. Audiência com o Ministro do STF, Luís R. Barroso.
Consulta à Informação e Dados em Educação no Executivo Federal	Pesquisadores, jornalistas e programadores	15	São Paulo	10 de outubro	Consolidar e discutir dados levantados ao longo do processo de consulta online para alimentar a pesquisa A Lei de Acesso à Informação e a Educação no Executivo Federal
X Congresso Ibope/UNESCO	Ação Educativa/IPM		São Paulo	12 a 14 de Outubro	O congresso do Nepso acontece bianualmente e neste ano teve o tema: "Olhar a prática: um exercício de reflexão"
Seminário para divulgação dos resultados das pesquisas realizadas nas escolas.	Escolas/Instituto Paulo Montenegro	350	São Paulo	26 de Outubro	Apresentação das pesquisas desenvolvidas durante o ano.
Diálogos com a Educação de Jovens e Adultos	Secretaria Municipal de Educação e Fundação Vale	180	Itabira (MG)	06 de novembro	Evento público de levantamento de perfil e demanda da Educação de Jovens e Adultos do município.
Diálogos com a Educação de Jovens e Adultos	Secretaria Municipal de Educação e Fundação Vale	210	São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	07 de novembro	Evento público de levantamento de perfil e demanda da Educação de Jovens e Adultos do município.

Debate "Reivindicações Docentes e a Mídia: Quando os professores viram notícia"	Jornalistas	31	São Paulo	19 de novembro	Debate com jornalistas, professores e acadêmicos sobre a cobertura de greves e mobilizações e a voz do professor na mídia
Conferência Latino-americana de Futebol e Desenvolvimento	FUDE/TDH	250	São Paulo	04 a 05 de dezembro	Realização de um ciclo de debates sobre futebol e desenvolvimento e a realização da Assembléia do Movimiento Futbol Callejero
Seminário Educação nas Prisões	Ação Educativa, Pastoral Carcerária, Conectas Direitos Humanos, Geledés Instituto da Mulher Negra, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Práxis Direitos Humanos e Fórum de Educação de Jovens e Adultos	100	São Paulo	11 de dezembro	1) Discussão sobre a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões no Estado de São Paulo, considerando o contexto nacional. 2) Realização de devolutiva da pesquisa feita pela Ação Educativa e Pastoral Carcerária e lançamento da publicação Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo. 3) Definição de estratégias de sociedade civil comprometidas com a implementação das Diretrizes
Lançamentos da Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar	MEC, UNICEF e SEPPIR	400	UNILA B, Salvador e São Paulo	19 de novembro e 16 de dezembro	Disseminação nacional da proposta metodológica da coleção
Lançamentos da Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar	MEC, UNICEF e SEPPIR	400	UNILA B, Salvador e São Paulo	19 de novembro e 16 de dezembro	Disseminação nacional da proposta metodológica da coleção

VI-Participação em eventos

Internacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Fórum Social Mundial Túnis 2013	Grupo de Trabalho Internacional em Educação	Túnis (Tunísia)	26 a 30 de março	Mesa Redonda: "Educação, Justiça Social e Ambiental"
I CONBALF - Congresso Brasileiro de Alfabetização	ABALF/UFMG	Belo Horizonte (MG)	08 a 10 de julho	Participação em mesa sobre políticas públicas de alfabetização

IALLA Academy of Lifelong Learning Advocacy	ICAE	Jordania	2 a 9 de setembro	Convenior
Seminário Luso Brasileiro sobre Educação, Trabalho e Movimentos Sociais	Universidade de Lisboa	Lisboa (Portugal)	11 a 13 de setembro	Apresentação de pesquisa sobre Educação Não Escolar
Consulta à Sociedade Civil – nova estratégia da União Europeia para o Brasil 2014 - 2010	Delegação da União Europeia no Brasil	Brasília (DF)	16 de setembro	Participação
Las Recientes Movilizaciones Y La Participación Ciudadana em Sudamerica	Logolink	São Paulo	17 de setembro	Participação

Nacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
IV Seminário de Educação Brasileira. Políticas de Regulação da Educação: Avaliação e Responsabilização	Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES – UNICAMP)	Campinas (SP)	21 de fevereiro	Conferência
Fórum Nacional da UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação)	UNDIME	Costa do Sauípe (BA)	14 a 17 de maio	Palestra e lançamento da coleção De Olho nos Planos, distribuição da coleção aos municípios presentes, participação em mesa redonda e com estande institucional.
1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Jovens Mulheres	Secretaria Nacional de Juventude	Brasília (DF)	6 a 8 de junho	Palestra: Avanços e desafios na educação das jovens brasileiras
Conferência Nacional de Educação e Diversidade Sexual, preparatória à Conae	MEC e ABGLT	Curitiba (PR)	5 de julho	Palestra sobre os desafios da agenda da diversidade na educação.
Oficina Caminhos da Educação Básica: o ensino médio no Brasil	Conjuve – Conselho Nacional de Juventude	Brasília (DF)	17 de julho	Exposição na Mesa Contextualizando os processos de reordenamento da Educação Básica – Ensino Médio
Sanção do Estatuto da Juventude pela Presidenta Dilma Rousseff	Presidência da República	Brasília (DF)	5 de agosto	Participação
Reunião Anual	Anped Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação	Goiânia (GO)	30 de agosto a 2 de setembro	Apresentação de trabalho
I Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura	EACH- USP	São Paulo	01 a 03 de setembro	Participação na Mesa: Culturas, identidades e cidades
Encontro Nacional de Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade	Instituto Polis	São Paulo	19 a 21 de setembro	Participação na Mesa: Ajayu: cultura viva e interculturalidade na América Latina

Encontro Nacional da Reges – Rede de Educação em Gênero e Sexualidade	Unesco, Fundação Carlos Chadas e Ecos	São Paulo	9 de outubro	Palestra sobre análise de conjuntura nacional referente ao lugar de gênero e sexualidade nas políticas educacionais.
Encontro Anual de Parceiros do Programa Juventudes e Direitos na Cidade	NCA/OD	São Paulo	16 a 18 de outubro	Participação
Reunião da ANPAP – Associação Nacional de Pesquisa em Artes Plásticas	ANPAP	Belém (PA)	15 a 19 de outubro	Divulgação do Vídeo Percursos da Arte na Educação
Encontro Nacional da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME	UNCME	Salvador (BA)	28 e 29 de outubro	Palestra e lançamento da coleção De Olho nos Planos
CONFAEB – Congresso Nacional da Federação de Arte-educadores	FAEB	Porto de Galinhas (PE)	03 a 06 de novembro	Divulgação do Vídeo Percursos da Arte na Educação
Seminário: Política de adequação idade/ano escolar para jovens de 15 a 17 anos retidos no ensino fundamental no programa mais educação	Ministério da Educação	Brasília (DF)	10 a 13 de novembro	Palestra: Jovens e projetos de vida
Conferência Nacional Educação e Gênero – preparatória à Conae	MEC e SPM	Brasília (DF)	11 e 12 de novembro	Palestra e lançamento do Informe atualizado Brasil – Gênero e Educação
“2º Encontro Nacional de Dados Abertos”	W3C Brasil e Secretaria Geral da Presidência da República	Brasília (DF)	21 de novembro	Apresentação da pesquisa “A Lei de Acesso à Informação e a Educação no Executivo Federal”
Usina de Ideias: Empregabilidade	Ashoka BRF	São Paulo	26 de novembro	Painelista no tema Juventude e Trabalho
Reunião do Conselho Nacional de Educação sobre a criação de Diretrizes Operacionais de Lei 10.639/2003	CNE	Brasília	2 de dezembro	Reunião do CNE com convidadas/os, na qual foi apresentado os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola
Oficina Juventude Rural e Educação do Campo	CONJUVE e CPJR/CONDR AF	Brasília (DF)	4 de dezembro	Painelista no tema Concepções e Desafios para a garantia do direito à educação do campo para a juventude
Seminário Conjunto Comissão Bicameral sobre Regime de Colaboração/CNE e SASE/MEC: Sistema Nacional de Educação: Regime de Colaboração e Cooperação Federativa	CNE e SASE/MEC	Brasília (DF)	17 de dezembro	Participação, apresentação de texto sobre a questão e distribuição de materiais da iniciativa De Olho nos Planos

Regionais / Estaduais / Municipais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Diálogos SMDHC / Juventude	Coordenação de Juventude da SMDHC da Prefeitura de São Paulo	São Paulo	12 de março	Participação
Audiência Pública sobre o PIMESP	Frente pró-cotas e Assembleia Legislativa do Estado	São Paulo	13 de março	Participação e posicionamento institucional (partindo de nosso editorial)
Audiência Pública sobre o genocídio da juventude negra	Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, Pobre e Periférica	São Paulo	19 de março	Co- organização (via Comitê)
Diversipapos: Juventude, Cárcere e Cidadania	Secretaria da Administração penitenciária / Governo do estado de São Paulo	São Paulo	5 de abril	Exposição na mesa sobre o tema da violência de Estado contra a juventude negra
Audiência Pública - Nova Lei do Conselho Municipal de Juventude	Conselho Municipal de Juventude e Coordenadoria Municipal de Juventude da SMDHC	São Paulo	18 de abril	Participação
Ampliada Regional da Pastoral de Juventude	Coordenação Estadual da Pastoral de Juventude - São Paulo	Itapetininga (SP)	27 de abril	Exposição na mesa Análise de Conjuntura - Juventude
Audiência Pública sobre a proposta de lei que institui o VAI 2	Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo	24 de abril	Participação
Ato Público "Contra o Genocídio na Periferia"	Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, Periferia Ativa e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	São Paulo	14 de maio	Co-organização (via Comitê)
Seminário no Rio Grande do Sul para apresentação das pesquisas realizadas no polo.	Ação Educativa/IPM/UCS	Caxias do Sul (RS)	08 de Junho	Participação

Etapa regional da cidade de São Paulo da Conferência Nacional de Educação - CONAE	Fórum Municipal de Educação	São Paulo	29 de junho	Participação, articulação e lançamento da coleção De Olhos nos Planos
Audiências Públicas sobre o Plano de Educação da Cidade de São Paulo	Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal	São Paulo	Agosto a outubro	Participação e apresentação do posicionamento do GT do Plano de Educação do Fórum Municipal de Educação
Conferência Municipal de Cultura	Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo	São Paulo	02 a 04 de agosto	Participação como delegado
Teia Paulista dos Pontos de Cultura	Secretaria de Estado da Cultura de SP e Comissão Paulista dos Pontos de Cultura	São Paulo	08 a 11 de agosto	Participação como delegado
Etapa municipal da Conferência Nacional de Educação - CONAE	Fórum Municipal de Educação	São Paulo	16 e 17 de agosto	Participação, articulação e lançamento da coleção De Olhos nos Planos
Seminário "Educação e Democracia - diagnósticos e agendas de pesquisa empírica".	Núcleo de Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDD/CEBRAP).	São Paulo	28 de agosto	Palestra
Apresentação e discussão sobre o Estatuto da Juventude	Subcomissão de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo	29 de agosto	Exposição sobre Estatuto da Juventude
Reunião da Juventude com prefeito Haddad	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania / Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo	12 de setembro	Participação
Conferência Estadual de Cultura	Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo	São Paulo	12 e 13 de setembro	Participação na Comissão Organizadora
Conferência Estadual de Educação e Relações Raciais - SP	Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-racial	São Paulo	12 e 13 de setembro	Palestra sobre Gestão democrática e relações raciais e participação no comitê de construção da conferência, na elaboração dos eixos temáticos e na mediação dos debates.
Etapa estadual da Conferência Nacional de Educação - CONAE	Fórum Estadual de Educação	Serra Negra (SP)	27 e 28 de setembro	Participação, articulação e lançamento da coleção De Olhos nos Planos
Conferência Estadual do Ceará	Fórum Estadual do Ceará	Fortaleza (CE)	17 a 19 de outubro	Palestra sobre o eixo 2 da Conae: Educação, justiça e Direitos Humanos

Seminário "Primeira Infância: direito à creche e desafios à ampliação do acesso com equidade e qualidade"	ABMP, Ministério da Educação, Prefeitura de São Paulo e Undime	São Paulo	24 de outubro	Palestra
Seminário São Paulo Aberta	Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo	24 de outubro	Palestra sobre Gestão democrática, acesso à informação e Planos de Educação
Lançamento Plano Juventude Viva em São Paulo	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR).	São Paulo	25 de outubro	Participação
Seminário em Minas Gerais para apresentação das pesquisas realizadas no polo.	Ação Educativa/IPM/UFMG /Secretaria Municipal de Belo Horizonte	Belo Horizonte (MG)	12 a 14 de Novembro	Participação
Seminário no Distrito Federal para apresentação das pesquisas realizadas no polo.	Ação Educativa/IPM/IBRAM/Unb	Brasília (DF)	12 de Novembro	Participação
Seminário em Pernambuco para apresentação das pesquisas realizadas no polo.	Ação Educativa/IPM/UFPE	Garanhuns (PE)	29 de Novembro	Participação
XXIV Congresso Estadual da Apeoesp.	Apeoesp	Serra Negra (SP)	30 de novembro	Conferência
Seminário no Rio de Janeiro para apresentação das pesquisas realizadas no polo.	Ação Educativa/IPM/Cedaps/Secretaria Municipal de Rio Bonito	Rio Bonito (RJ)	04 de Dezembro	Participação
Conferências Estaduais de Educação	Fóruns Estaduais de Educação	MG, BA, RR, PE, PA, CE e AM	2º Sem.	Distribuição de materiais da coleção De Olho nos Planos

Locais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Ciclo de Palestras da Escola para Formação e Capacitação Profissional	Cepedoc/ Fundação Casa	São Paulo	25 de abril	Palestra: Juventude e Políticas Públicas

Formação dos estagiários do Projeto Apoená – Estágio de Vivência Interdisciplinar	Casa da Cidade / Laboratório de Extensão da EACH-USP / Ministério do Desenvolvimento Agrário	São Paulo	21 de maio	Debatadora na mesa Juventude e Trabalho / Geração de Renda
Encontro da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo	Secretaria Estadual de Educação de São Paulo	São Paulo	28 a 30 de maio	Discutir o Plano Estadual de Educação nas Prisões que o Estado de São Paulo vai formular definitivamente para encaminhar ao MEC

VII - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes

Nome	Resultados no período
Comissão do VAI – Valorização de Iniciativas Culturais – SMC - PMSP	Avaliação de 120 projetos e participação na definição dos projetos aprovados no edital 2013.
Rede Paulista de Pontos de Cultura	Manter a Ação Educativa articulada; participar da Teia Paulista; uma ação unificada na Conferência estadual da Cultura; participar da organização do Seminário de Formação dos Pontos de Cultura
Participação no Fórum de Educação como Desenvolvimento Local	Articulação com educadores e gestores de escolas públicas, comunidade escolar, estudantes de escolas públicas e de Universidades, ONGs, Institutos, Universidade de São Paulo, Diretores Regionais de Ensino da Rede Estadual e Municipal, SESC, conselheiros e representantes da Secretaria Municipal de Saúde, CONSEG (Conselhos de Segurança), Parque Ecológico do Tietê etc. Como resultado do seminário, foram criados 11 grupos de Trabalhos Temáticos que produziram com 98 propostas de formação, intervenção e parceria com poder público, privado e comunidade.
Fórum de Educação de Jovens e Adultos / SP	Abertura de diálogo com a prefeitura de São Paulo acerca do desenvolvimento da EJA no município em um contexto de queda de matrículas. Criação de boletim com informações, reflexões e debate político sobre a EJA para professores e gestores das redes.
Conselho Nacional de Educação de Jovens e Adultos	Debate sobre as políticas públicas de EJA e encaminhamentos para redefinição de políticas. Criação de processo de avaliação do Programa Brasil Alfabetizado.
Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, Pobre e Periférica	Dirigido à discussão sobre a morte de jovens negros e pobres por agentes de segurança do Estado, que esteve mobilizada pela onda de mortes ao longo de 2012, dando visibilidade ao problema, denunciando, articulando a sociedade civil e construindo propostas e canais de interlocução com o poder público.
GT Juventude da Rede Nossa São Paulo	Reestruturado em 2011, o GT é um espaço de articulação ligado à Rede Nossa São Paulo – de movimentos sociais, grupos e organizações da sociedade civil – que tem como objetivo ampliar e qualificar as políticas públicas de interesse da juventude na cidade. No último período o GT

	Juventude construiu uma agenda de propostas de políticas públicas com foco em jovens que foi levada aos candidatos a prefeito, trabalhou na elaboração e aprovação de leis e de peças orçamentárias e produziu boletins e outros materiais de comunicação para produzir, compartilhar informações e promover debates, entre outras ações.
Conselho da Cidade de São Paulo	Participação no órgão consultivo da Prefeitura Municipal de São Paulo, formado por 136 representantes dos movimentos sociais, entidades de classe, empresários, cientistas e pesquisadores, artistas e lideranças religiosas.
Movimento 18 Razões	Articulação de organizações contra a redução da maioridade penal, contribuindo com a construção de campanha baseada na página: www.18razoes.org.br .
Articulação pelo Plano Juventude Viva da Sociedade Civil da Zona Sul	Articulação envolvendo lideranças, coletivos e organizações da região sul para monitoramento e incidência no Plano Juventude Viva e no problema da morte de jovens negros na região.
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República	Participação nos encontros e produção de relatórios. Envolvimento na produção dos Relatórios “Observatório da Equidade”.
GRI- O Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais	Produção de um seminário internacional “10 anos de Política Externa Brasileira” e publicação de documento sobre a formação de conselho visando à participação da sociedade civil no campo das relações internacionais.
ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos	Produção de diversas atividades relativas ao desdobramento internacional das metas do milênio, pautando a Educação como um Direito Humano.
Plataforma de Políticas Sociais	Articulação de especialistas na análise de políticas sociais. Produção de publicação sobre Política Educacional
Grupo Educação nas Prisões (rede composta pela Ação Educativa, Conectas Direitos Humanos, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) e Pastoral Carcerária)	Elaboração e publicização, no dia 3 de abril de 2013, de Nota Pública sobre a Política de Educação nas Prisões do Estado de São Paulo
Grupo Educação nas Prisões (rede composta pela Ação Educativa, Conectas Direitos Humanos, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) e Pastoral Carcerária)	Pedido de informação enviado ao Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o número de presos no estado que tiveram suas penas diminuídas por se dedicarem a atividades de trabalho ou de estudo protocolado no dia 13 de maio de 2013.
Grupo Educação nas Prisões (rede composta pela Ação Educativa, Conectas Direitos Humanos, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) e Pastoral Carcerária)	Sustentação de processos decorrentes da Ação Civil Pública que procura garantir que o Estado de São Paulo assegure o direito à educação de mulheres presas na Penitenciária Feminina de Sant’Ana (réplicas, respostas à negativa dos embargos de declaração etc).
Fórum Municipal de Educação de São Paulo	Participação no processo de realização da CONAE etapa municipal, elaboração do regimento interno e continuidade do processo de tramitação do Plano de Educação da cidade de São Paulo, garantindo sobretudo espaços e condições de participação social.
GT Educação Nossa São Paulo	Monitoramento e incidência na política educacional da cidade de São Paulo
Fórum Permanente de Educação e Diversidade étnico-racial do estado de São Paulo	Monitoramento da aplicação da lei 10.639/03 no município, grande São Paulo e estado e realização de conferência
Frente Pró-cotas	Posicionamento público sobre a adesão de Ações Afirmativas pelas universidades estaduais paulistas,

	intervenção na pauta do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo) e discussão das propostas de inclusão apresentadas pelas universidades.
Comitê Estadual de São Paulo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Rearticulação do Comitê Estadual junto com as demais organizações, participação nas etapas municipal e estadual da CONAE e debate sobre a construção do Plano de Educação do Estado de SP
Articulação Justiça e Direitos Humanos – JusDh	Acompanhamento e proposição de iniciativas na articulação, principalmente nos temas: criação de Ouvidorias Externas na reforma da Lei da Magistratura (LOMAN) e regulação dos patrocínios aos eventos das carreiras do sistema de justiça.
RETPS - Rede pela Transparência e Participação Social	Acompanhamento e incidência na minuta do futuro Conselho Municipal de Transparência de São Paulo; avaliação coletiva dos compromissos assumidos pelo Brasil na Parceria para Governo Aberto (OGP); realização do "Seminário de Avaliação de 1 ano de Implementação da Lei de Acesso à Informação"

VIII - Inserções na mídia

Tema: Cultura de periferia

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	TV Globo	Nacional	06/07	Cultura na Periferia	TV	Reportagem de 15 minutos sobre a cena cultural na periferia de São Paulo a partir da Agenda Cultural da Periferia e a trajetória de sua editora: Elizandra Souza.
2	TVT	Nacional	12/12	A cultura que se faz nas periferias	TV	Entrevista com Elizandra Souza, editora da Agenda Cultural da Periferia
3	Jornal Diário de São Paulo	Estadual/SP	27/08	Orfeu Mestiço – Uma Hip Hópera	Impressa	Matéria destaca a participação do cantor Jair Rodrigues no evento de abertura do Encontro Estéticas das Periferias
4	Jornal Agora	São Paulo	27/08	Direto da Periferia	Impressa	Matéria de página dá um panorama da programação do Encontro Estéticas das Periferias
5	Revista da Hora	São Paulo	25/08	Música no CEU	Impressa	Nota destaca a programação musical dos CEUs no Encontro Estéticas das Periferias
6	Guia da Folha	Estadual/SP	30 agosto	Evento celebra cultura criada longe do centro de São Paulo	Impressa	Matéria destaca a programação de shows no final de semana que encerra o Encontro Estéticas das Periferias.
7	Guia Divirta-se	Municipal: São Paulo	30/08	Brincando de Cartola	Impressa	Matéria destaca show do Criolo no Encontro Estéticas das Periferias e a programação do Museu do Futebol
8	TV Cultura/ Metrôpolis	Nacional	30/08	Estéticas das Periferias	TV	Matéria destaca a programação de encerramento do Encontro Estéticas das Periferias
9	SPTV/ TV Globo	Regional: Grande São Paulo	31/08	Evento leva shows e atividades culturais a 40 bairros da periferia	TV	Longa matéria faz a cobertura de um dos eventos no Capão Redondo e aborda a programação do final de semana que encerra o Encontro Estéticas das Periferias
	Catraca Livre	Nacional	23, 24, 25, 26, 27, 30, 31/08	Várias matérias	Internet	Diversas matérias davam a cobertura quase que diária do Encontro Estéticas das Periferias

	Veja São Paulo	Grande São Paulo	30/08	Estéticas das Periferias	Impressa	Matéria dá destaques da programação do final de semana que encerrou o Encontro estéticas das Periferias.
	Periferia em Movimento	Nacional	27 de agosto a 01 de setembro	Estéticas das Periferias	Internet	Cobertura diária do Encontro Estéticas das Periferias com pelo menos uma matéria por dia
	Outras Palavras	Nacional	27 de agosto a 01 de setembro	Estéticas das Periferias	Internet	Cobertura diária do Encontro Estéticas das Periferias com pelo menos uma matéria por dia
	Vaidapé	Nacional	27 de agosto a 01 de setembro	Estéticas das Periferias	Internet	Cobertura diária do Encontro Estéticas das Periferias com pelo menos uma matéria por dia
	Revivoo	Nacional	27 de agosto a 01 de setembro	Estéticas das Periferias	Internet	Cobertura diária do Encontro Estéticas das Periferias com pelo menos uma matéria por dia
	Em cartaz	Municipal: São Paulo	Agosto	CCJ e bibliotecas participam do Estéticas das Periferias	Impressa	Guia cultural da secretaria municipal da cultura destaca a programação do Encontro estéticas das Periferias nos equipamentos da Prefeitura
	Agenda Bibliotecas	Municipal: São Paulo	Agosto	Estéticas das periferias	Impressa	Guia cultural do Sistema Municipal de Bibliotecas destaca a programação nas Bibliotecas e nos roteiros do ônibus Biblioteca dentro da programação Do Encontro estéticas das Periferias.
	Revista E	Estadual: SP	Agosto	Estéticas das Periferias	Impressa	Revista mensal do SESC desaca a programação do Encontro Estéticas das Periferias na Unidade do SESC Belenzinho

Tema: Alfabetismo funcional /Educação de Jovens e Adultos

Nº	Veiculo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Revista do Brasil - Rede Brasil Atual	Nacional	Abril	Dívida Histórica	Revista impressa	Matéria sobre alfabetização com falas do Roberto Catelli
2	Revista do Brasil - Rede Brasil Atual	Nacional	28 de setembro	Falta de articulação e de mapeamento atrapalha melhora em índices de	Website	Matéria com fala de Roberto Catelli sobre os dados de analfabetismo na PNAD e apontamentos sobre a necessidade de rever

				alfabetização		o PBA.
3	Plataforma do Letramento	Nacional	01 de outubro	A Pnad e as políticas educacionais de alfabetização de crianças, jovens e adultos	Website	Entrevista com Roberto Catelli sobre os dados de analfabetismo na PNAD e apontamentos sobre a necessidade de rever o PBA.
4	O Globo	Nacional	27 de setembro	Alta na taxa de analfabetismo coloca em xeque programas do governo	Website	Matéria com fala de Roberto Catelli sobre os dados de analfabetismo na PNAD e apontamentos sobre a necessidade de rever o PBA.
5	TV Câmara	Nacional	19 de dezembro	Pesquisador Roberto Catelli Jr. conversa sobre extensão tecnológica no país	Vídeo Online	Entrevista de estúdio com Roberto Catelli Jr. Sobre o contexto da Educação de Jovens e adultos
6	Folha de S. Paulo	Nacional	21/05/13	Negócios sociais: uma nova oportunidade	Internet	Cita o INAF
7	Estadão	Nacional	24/03/13	Tia Zulmira está de volta	Internet	Cita o INAF
8	Rede Brasil Atual	Nacional	28/09/13	Falta de articulação e de mapeamento atrapalha melhora em índices de alfabetização	Internet	(Entrevista com Roberto Catelli)
9	Rede Brasil Atual	Nacional	05/06/13	Estado de São Paulo recusa verbas federais para alfabetização de adultos	Internet	Secretaria paulista é a única, entre as unidades da Federação, a não aderir a programa do MEC; programa local na mesma linha terceiriza recursos para ONGs

Tema: Juventude e trabalho

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	TV-PUC	Local	17 de maio	Juventude e Trabalho	TV	Entrevista de Maria Virginia de Freitas para o programa Desafio Profissão, disponível no youtube: https://www.youtube.com/watch?v=SrRstQ4DRfk#t=15
3	Agência Brasil	Nacional	06 de junho	Maioria dos estudantes paulistanos acredita que existe profissão de homem e de mulher	Internet	http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-06/maioria-dos-estudantes-paulistanos-acredita-que-existe-profissao-de-homem-e-de-mulher

2	Portal do Promeni- no	Nacional	04 de julho	Lei de Aprendizagem não atinge parcela mais vulnerável da população	Internet	Reportagem traz entrevista com Maria Virginia de Freitas acerca dos resultados da pesquisa Jovens Aprendizes, feita pela Ação Educativa.
---	--------------------------	----------	-------------	---	----------	--

Tema: Ensino médio

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Observatório do PNE	Nacional	08 de março	Ganhos da educação integral para ensino médio dependem de formato implantado	Internet	http://www.observatoriodopne.org.br/noticias/ganhos-da-educacao-integral-para-ensino-medio-dependem-de-formato-implantado
2	Portal Prefeitura de Santo André	Local	01 de agosto	'Tô no Rumo' responde demanda dos jovens por um futuro promissor	Internet/ Agência de notícias	Lançamento do Tô no Rumo em Santo André http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/noticias/item/7194-to-no-rumo-responde-demanda-dos-jovens-por-um-futuro-promissor
3	Agência Brasil	Nacional	06/06/13	Maioria dos estudantes paulistanos acredita que existe profissão de homem e mulher	Internet	Matéria trata do resultado da pesquisa realizada pela Ação Educativa com cerca de 500 alunos sobre valores de gênero na profissão (entrevista com Raquel Souza)
4	UOL	Nacional	07/06/13	Alunos paulistanos acreditam que existe profissão de homem e de mulher	Internet	Matéria trata do resultado da pesquisa realizada pela Ação Educativa com cerca de 500 alunos sobre valores de gênero na profissão (entrevista com Raquel Souza)
5	Repórter Brasil (TV Brasil)	Nacional	05/03/13	Metade dos adolescentes do país não cursa série adequada	Internet	(Entrevista com Roberto Catelli)

Tema: Políticas de juventude

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Caros Amigos Edição Especial – Dilemas da Juventude	Nacional	Março	Políticas públicas: demandas da juventude estão entrando na agenda lentamente	Impressa	Traz entrevista com Maria Virginia de Freitas
3	Rede Brasil Atual	Nacional	28 de maio	Estrutura pequena de órgão de juventude de Haddad força a apostar em programa federal	Internet	http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/05/estrutura-pequena-forca-coordenadoria-da-juventude-de-haddad-a-apostar-em-programa-federal-480.html
1	Portal Aprendiz	Nacional	12 de julho	“Precisamos de políticas específicas para a juventude”, diz educadora.	Internet	Entrevista com Maria Virginia de Freitas sobre Estatuto da Juventude
4	Rede Brasil Atual	Nacional	28 de agosto	Homenagem à Rota é barrada pela terceira vez na Câmara Municipal de São Paulo	Internet	http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/homenagem-a-rota-e-barrada-pela-terceira-vez-na-camara-municipal-de-sao-paulo-6874.html

Tema: Metodologias participativas

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1.	http://www.ibope.com/pt-br/noticias	Nacional	01 de fevereiro	Nepso faz reflexão sobre as atividades da sua primeira década de existência	Internet	Notícia sobre como a Pesquisa de opinião como ferramenta de ensino tem criado novas oportunidades de ensino e aprendizagem na educação básica
2.	Educação http://www.neteducacao.com.br/noticias	Nacional	27/06/13	Site auxilia comunidade escolar na construção de planos de educação	Internet	Matéria produzida pelo portal NET Educação sobre a iniciativa De Olho nos Planos

Tema: Educação de pessoas privadas de liberdade

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Estadão - Notícias http://www.estado.com.br/noticias/vidae,53-dos-detentos-de-sao-paulo-nunca-estudaram-na-prisao-mostra-pesquisa,1107147,0.htm	Nacional	11 de dezembro	"53% dos detentos de São Paulo nunca estudaram na prisão, mostra pesquisa"	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
2	G1 - Notícias http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/12/40-dos-presos-de-sp-nao-acabaram-o-ensino-fundamental-diz-pesquisa.html	Nacional	11 de dezembro	"40% dos presos de SP não acabaram o ensino fundamental, diz pesquisa"	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
3	Tribuna Hoje - Notícias	Nacional	11 de dezembro	"40% dos presos de SP não acabaram o ensino fundamental, diz pesquisa"	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
4	Revista Exame http://exame	Nacional	11 de dezembro	53% dos detentos de SP nunca estudaram na prisão	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação

	.abril.com.br/brasil/noticias/53-dos-detentos-de-sp-nunca-estudaram-na-prisao					Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
5	Correio Popular http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/12/capa/nacional/132452-53-dos-detentos-de-sp-nunca-estudaram-na-prisao.html	Nacional	11 de dezembro	53% dos detentos de SP nunca estudaram na prisão	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
6	Todos pela Educação http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-em-midia/educacao-na-midia/29125/40-dos-presos-de-sp-nao-acabaram-o-ensino-fundamental-diz-pesquisa/	Nacional	11 de dezembro	40% dos presos de SP não acabaram o Ensino Fundamental, diz pesquisa	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
7	Isso É Notícia http://www.issoenoticia.com.br/br	Nacional	11 de dezembro	40% dos presos de SP não acabaram o Ensino Fundamental, diz pesquisa	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade

	asil/40-dos-presos-de-sp-nao-acabaram-o-ensino-fundamental-diz-pesquisa/7723					da população prisional de São Paulo
8	Destak Jornal http://www.destakjornal.com.br/noticias/sao-paulo/seis-em-cada-dez-presos-tem-ensino-fundamental-216856/	Nacional	12 de dezembro	Seis em cada dez presos têm ensino fundamental	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
9	Novo Amburgo http://novohamburgo.org/site/noticias/educacao/2013/12/12/sao-paulo-conforme-pesquisa-53-dos-presos-nunca-estudaram-na-prisao/	Nacional	12 de dezembro	"São Paulo Conforme pesquisa, 53% dos presos nunca estudaram na prisão"	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
10	Mídia News de Cuiabá http://www.midia-news.com.br/conteudo.php?sid=8&cid=181892	Nacional	11 de dezembro	40% dos presos de SP não acabaram o Ensino Fundamental, diz pesquisa	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo

11	Faculdade Pio XII http://faculdade.pioxii-es.com.br/40-dos-presos-de-sp-nao-acabaram-o-ensino-fundamental-diz-pesquisa/	Nacional	11 de dezembro	40% dos presos de SP não acabaram o Ensino Fundamental, diz pesquisa	Internet	Divulgação da pesquisa Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo e do lançamento da publicação Educação nas Prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo
-----------	--	----------	----------------	--	----------	---

Tema: Educação, desigualdades e diversidade

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Globo News	Nacional	03/02	Ações Afirmativas nas Universidades de São Paulo	TV	Entrevista com Denise Carreira. Matéria sobre a importância das ações afirmativas e posicionamento sobre a proposta apresentada pelas estaduais paulistas, o PIMESP.
2	Folha de São Paulo - Online	Nacional	03/02	Programa de Alckmim é alvo de polêmica entre especialistas	Internet	Entrevista com Denise Carreira. Matéria sobre a importância das ações afirmativas e posicionamento sobre a proposta apresentada pelas estaduais paulistas, o PIMESP.
3	Aprendiz – Uol	Nacional	16/12	Coleção quer levar história afro-brasileira às escolas do país	Internet	Matéria sobre lançamento da coleção Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar
4	UNIVESP TV (Programa Educação Brasileira)	Nacional	25/09	Educação Brasileira 133 - Ananda Grinkraut e Fernanda Campagnucci	Internet e TV	Entrevista com Ananda Grinkraut e Fernanda Campagnucci sobre a publicação "Educação e Desigualdades na cidade de São Paulo".
5	Rede Brasil Atual	Nacional	25/08	Negros estudam menos, mesmo nas regiões mais ricas	Internet	Matéria elaborada a partir dos dados da publicação "Educação e Desigualdades na

				de São Paulo, aponta estudo		cidade de São Paulo”
6	Rede Brasil Atual	Nacional	20/08	Periferia de São Paulo precisa de políticas específicas de educação, defende estudo	Internet	Matéria elaborada a partir dos dados da publicação “Educação e Desigualdades na cidade de São Paulo”
7	Rádio CBN	Nacional	17/09	'Reprovação dificilmente avança aprendizagem dos alunos'	Rádio e Internet	Entrevista com Denise Carreira sobre o Programa Mais Educação São Paulo, a partir do posicionamento público da Ação Educativa
8	Rede Brasil Atual	Nacional	28/08	Desigualdades impõem grandes desafios à escola na cidade continente	Internet	Matéria aborda publicação Educação e Desigualdades na Cidade de São Paulo, com entrevista com Denise Carreira.

Tema: Gestão Democrática

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	TV Alesp	Nacional	04/03	Projeto de Lei 1087/2011 do deputado Geraldo Cruz sobre transparência nas escolas	TV	Entrevista sobre os Indicadores da Qualidade na Educação e a avaliação educacional

Tema: Planos de Educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1.	Revista Educação	Nacional	21/01	Depois da eleição, a continuidade	Imprensa	Matéria sobre os desafios da descontinuidade nas políticas e programas educacionais. Aborda a Iniciativa De olho nos Planos.
2.	NET Educação http://www.neteducacao.com.br/noticias/Reportagem/site-auxilia-comunidade-	Nacional	27/06	Site auxilia comunidade escolar na construção de planos de educação	Internet	Matéria produzida pelo portal NET Educação sobre a iniciativa De Olho nos Planos

	escolar-na-construcao-de-planos-de-educacao					
3	Rede Brasil Atual	Nacional	14/05/13	Para especialistas, relatório de senador desconstrói Plano Nacional de Educação	Internet	Destaca as mudanças realizadas no PNE e uma análise de especialistas sobre o tema

Tema: conselhos e comissões de educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Jornal O Estado de S. Paulo	Nacional	19/12	Conselho de Educação não tem atuação de pais	Impresso	Matéria feita a partir do levantamento sobre a composição do Conselho Municipal de Educação de São Paulo
2	Portal Estadão	Nacional	19/12	Conselho de Educação não tem atuação de pais	Internet	http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,conselho-de-educacao-nao-tem-atuacao-de-pais,1110300,0.htm
3	Rede Brasil Atual	Nacional	18/12	Conselhos estaduais excluem sociedade civil das decisões na educação	Internet	http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2013/12/conselhos-estaduais-excluem-sociedade-civil-das-decisoes-na-educacao-3716.html
4	Rede Brasil Atual	Nacional	20/09	Alunos e pais querem espaço em conselho dominado por empresários do ensino	Internet	http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2013/09/estudantes-e-pais-querem-espaco-em-conselho-estadual-dominado-por-empresarios-da-educacao-9075.html
5	Rede Brasil Atual	Nacional	25/09	Presidenta de Conselho de Educação nega perfil privado do órgão e defende nomeações	Internet	http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2013/09/presidenta-do-cee-reforca-carater-normativo-do-orgao-e-defende-atual-configuracao-3310.html

6	Observatório Social	Nacional	20/09	Conselho Estadual de Educação de SP permanece com maioria de representantes do setor privado	Internet	http://www.observatoriosocial.org.br/conexaosindical/content/conselho-estadual-de-educa%C3%A7%C3%A3o-de-sp-permanece-com-maioria-de-representantes-do-setor-privado#.U30BuPldW2c
7	Blog do PT na Alesp	Nacional	20/09	Conselho Estadual de Educação está dominado por empresário		http://www.ptalesp.org.br/noticia/p/?id=5578#.U30CXPlidW2c
8	Brasil de Fato	Nacional	20/09	Alunos e pais querem espaço em conselho dominado por empresários do ensino	Internet	http://www.brasildefato.com.br/node/26036
9	Estadão	Nacional	19/12/13	Conselho de Educação não tem atuação de pais	Internet	Composição do Conselho Municipal de Educação de São Paulo (a partir do levantamento do Observatório da Educação)
10	UOL	Nacional	19/12/13	Conselho de Educação não tem atuação de pais, diz estudo	Internet	Composição do Conselho Municipal de Educação de São Paulo (a partir do levantamento do Observatório da Educação)

11	IG	Nacional	16/12	Conselho Municipal de Educação de SP não tem integrantes da comunidade escolar	Internet	http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-12-16/conselho-municipal-de-educacao-de-sp-nao-tem-integrantes-da-comunidade-escolar.html
12	UOL	Nacional	19/12	Conselho de Educação não tem atuação de pais, diz estudo	Internet	http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2013/12/19/conselho-de-educacao-nao-tem-atuacao-de-pais-diz-estudo.htm
13	Diário do Litoral	Nacional	19/12	Conselho de Educação não tem atuação de pais, diz estudo	Internet	http://www.diariodolitoral.com.br/conteudo/24617-conselho-de-educacao-nao-tem-atuacao-de-pais-diz-estudo
15	Rede Brasil Atual	Nacional	26/11	PL que democratiza educação paulista está há um ano parado na Assembleia	Internet	http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2013/11/pl-que-democratiza-conselho-estadual-de-educacao-de-sp-esta-parado-ha-um-ano-na-assembleia-3136.html
15	NET Educação	Nacional	17/12	Conselho Municipal de Educação de SP não tem representantes da comunidade	Internet	http://www.neteducacao.com.br/noticias/Reportagem/conselho-municipal-de-educacao-de-sp-nao-tem-representantes-da-comunidade

Tema: valorização docente, greve e mobilizações

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Observatório da Imprensa	Nacional	13/11	Observatório da Educação promove debate sobre cobertura de reivindicações de docentes	Impresso	http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2668
2	Blog Mídias e Educação	Nacional	15/11	Evento: Reivindicações docentes e a mídia	Internet	http://blog.midiaseducacao.com/2013/11/evento-reivindicacoes-docentes-e-midia.html
3	Rede Brasil Atual	Nacional	24/11	Salários e melhores condições fizeram professores de todo país parar em 2013	Internet	http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2013/11/em-2013-professores-de-todos-os-estados-entraram-em-greve-545.html

4	Boletim Educacional e Cultural da Apeesp	Estadual	18/11	Reivindicações de docentes e a mídia são tema de debate	Impresso	
5	Educa.Com	Nacional	05/12	Salários: Professores de todo o país fizeram greve em 2013	Internet	http://blogeducapontocom.blogspot.com.br/2013/12/educacom-05122013-rede-particular.html
6	Sepe	RJ	12/12	Salários e melhores condições fizeram professores de todo país parar em 2013	Internet	http://seperiodasostrascasimiro.blogspot.com.br/2013/11/salarios-e-melhores-condicoes-fizeram.html
7	Sidisep-PE	PE	05/12	Salários e melhores condições fizeram professores parar em 2013	Internet	http://sindsep-pe.com.br/salarios-e-melhores-condicoes-fizeram-professores-parar-em-2013/
8	Portal Vermelho	Nacional	25/11	Salários e melhores condições fizeram professores parar em 2013	Internet	http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=230019
9	Blog do Nepso/PE	PE	13/08	Campanha convida docentes a responder: "Pra você, o que é valorizar o professor?"	Internet	http://nepsope.blogspot.com.br/2013/08/campanha-convida-docentes-responder-pra.html
10	FEPESP	SP	16/08	Campanha: valorização do professor	Internet	http://www.fepesp.org.br/videos/campanha-valorizacao-do-professor
11	Escola Aberta	Nacional	13/08	Vozes da Educação lança campanha sobre valorização docente	Internet	http://www.escolaaberta.com.br/?p=10766
12	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Internacional	26/04	Consulta participativa: Como vão os professores da sua escola? Participe você também!	Internet	http://www.campanaderechoeducacion.org/sam2013/?p=730
13	Sindpro-DF	DF	09/05	Consulta discute a valorização dos professores no Brasil	Internet	http://www.sinprodf.org.br/consulta-discute-a-valorizacao-dos-professores-no-brasil/
14	Portal Vermelho	Nacional	26/04	Semana de Ação Mundial: entidades fazem consulta a professores	Internet	http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=212126

15	Adital	Nacional	26/04	Entidades lançam consulta participativa sobre professores/as como atividade da Semana de Ação Mundial 2013	Internet	http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=74936
16	Agência Brasil	Nacional	25/04	Congresso vai instalar comissão de Políticas Públicas na área de Educação	Internet	http://www.ebc.com.br/noticias/agencia-brasil/2013/04/congresso-vai-instalar-comissao-de-politicas-publicas-na-area-de
17	Onda Jovem	Nacional	04/04	Participe da Semana de Ação Mundial pela valorização dos professores	Internet	http://www.ondajovem.com.br/noticias-destaque/participe-da-semana-de-acao-mundial-pela-valorizacao-dos-professores

Tema: público X privado na educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Observatório da Imprensa	Nacional	13/11	Cabo de guerra	Impresso	http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2668

Tema: Acesso à informação, dados educacionais e tecnologias livres

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Blog Públicos/Portal Estadão	Nacional	18/01	Aprovado pela Assembleia, projeto que dá transparência a dados educacionais aguarda sanção de Alckmin	Internet	http://blogs.estadao.com.br/publicos/aprovado-pela-assembleia-projeto-que-da-transparencia-a-dados-educacionais-aguarda-sancao-de-alckmin/
2	SPressoSP	SP	31/01	Projetos de educação aprovados na Alesp aguardam	Internet	http://www.spressosp.com.br/2013/01/31/p-rosjetos-de-educacao-aprovados-na-alesp-

				sanção de Alckmin		aguardam-sancao-de-alckmin/
3	Open Knowledge Foundation - Brasil	Nacional	05/05	Grupo vai debater uso de dados educacionais	Internet	http://br.okfn.org/2013/03/05/grupo-vai-debater-uso-de-dados-educacionais/
4	Portal Aprendiziz	Nacional	18/02	Alckmin veta projeto que amplia o acesso a conteúdos educacionais em SP	Internet	http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/02/18/alckmin-veta-projeto-que-amplia-acesso-a-conteudos-educacionais-em-sp/
5	SPressoSP	SP	18/02	Alckmin veta projeto sobre recursos educacionais abertos	Internet	http://www.spressosp.com.br/2013/02/18/alckmin-veta-projeto-sobre-recursos-educacionais-abertos/
6	Site do Deputado Geraldo Cruz	SP	05/02	Projetos propõem educação democrática e de qualidade	Internet	http://www.geraldacruz.com.br/noticias/647/projetos-propoem-educacao-democratica-e-de-qualidade
7	Estadão	Nacional	04/02/13	Apesar de lei federal, transparência ainda é desafio	Jornal e revista	Destaca a importância da transparência e do acesso à informação (entrevista com Fernanda Campagnucci e referência aos pedidos feitos pelo Observatório da Educação).
8	Estadão – blog Públicos	Nacional	18/01/13	Aprovado pela Assembleia, projeto que dá transparência a dados educacionais aguarda sanção de Alckmin	Internet	(Entrevista com Fernanda Campagnucci; cita o Observatório da Educação).

Tema: Conferência Nacional de Educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1.	Geledés – Instituto da Mulher Negra	Nacional	10/10	Conae SP: Delegados criticam falta de tempo para discussão em etapas municipais e intermunicipais	Internet	http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/noticias-de-educacao/21203-conae-sp-delegados-criticam-falta-de-tempo-para-discussao-em-etapas-municipais-e-intermunicipais

Tema: Valorização dos professores

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Estadão	Nacional	21/04/13	Opinião do professor é nula no debate sobre educação	Jornal impresso	Sobre a invisibilidade dos professores no debate de educação (entrevista com Fernanda Campagnucci; cita o Observatório da Educação)

Tema: Educação e desigualdades

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Rede Brasil Atual	Nacional	20/08/13	Periferia de São Paulo precisa de políticas específicas de educação, defende estudo	Internet	Baseado na publicação "Educação e Desigualdades na Cidade de São Paulo"
2	Univesp TV	São Paulo	25/09/13	Educação Brasileira 133 - Ananda Grinkraut e Fernanda Campagnucci	Internet	Baseado na publicação "Educação e Desigualdades na Cidade de São Paulo"

Tema: Currículo escolar

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Estadão	Nacional	13/12/13	Partidos ocupam vazio do ensino político	Internet	Sobre o ensino de política para jovens estudantes (entrevista com Raquel Souza)

Tema: Arte e educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Site do Instituto C&A	Nacional	11/11/13	Ação Educativa finaliza coleção sobre arte-educação	Internet	Apresentação da coleção Percursos da Arte na Educação no 23º Congresso Nacional da Federação dos Arte-Educadores do Brasil (Confaeb), em Ipojuca (PE)

Tema: Educação infantil

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Agência Brasil	Nacional	28/08/13	Distritos mais pobres de São Paulo são os que mais sofrem falta de vagas em creches, aponta estudo	Internet	Destaca que os distritos mais vulneráveis da capital paulista são os que mais sofrem com a falta de vagas em creches (Educação e Desigualdades na cidade de São Paulo)
2	Agência Brasil	Nacional	20/08/13	Organizações apresentam dez propostas para solucionar falta de vagas em creches paulistanas	Internet	Sobre o documento discutido em audiência pública convocada pela Justiça Estadual para os dias 29 e 30 de agosto, com representantes do governo municipal e da sociedade civil
3	Folha de S. Paulo	Nacional	17/12/13	Justiça manda Haddad cumprir promessa de vagas em creche	Internet/impresso	Relata que o Tribunal de Justiça do Estado determinou, de maneira inédita, que a Prefeitura de São Paulo cumpra promessa de campanha do prefeito Fernando Haddad (PT) e, até o final de 2016, abra 150 mil vagas em educação infantil na cidade.
4	Folha de S. Paulo	Nacional	20/08/13	Falta de creches em SP é maior nos distritos mais pobres da cidade	Internet	Os distritos mais vulneráveis da capital paulista são os que mais sofrem com a falta de vagas em creches (Educação e

						Desigualdades na Cidade de São Paulo).
5	Folha de S. Paulo	Nacional	28/02/13	Estrutura atenderá público restrito, diz professora da USP	Internet	Sobre o pedido de auxílio a empresas para a expansão de vagas em creches.
6	Estadão	Nacional	21/10/13	Prefeitura de SP vai fixar padrão de qualidade para creches conveniadas	Internet	(Entrevista com Salomão Ximenes)
7	Estadão	Nacional	21/10/13	Em novembro, secretaria deve lançar modelo de 'fila social'	Internet	Sobre o novo modelo de fila por vagas em creches na capital (entrevista com Salomão Ximenes).
8	Estadão	Nacional	29/04/13	Mesmo com 94 mil na fila, creches de SP atendem 7 mil a menos neste ano	Internet	
9	Estadão	Nacional	14/12/13	Prefeitura adota cota social para matrícula em creche	Internet	(Entrevista com Salomão Ximenes)
10	Estadão	Nacional	02/09/13	Prefeitura de São Paulo tem 60 dias para detalhar plano de expansão de creches	Internet	A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo terá 60 dias para apresentar um plano de aumento nas vagas em creches e pré-escola (Entrevista com Salomão Ximenes).
11	UOL	Nacional	20/08/13	Deficit de vagas em creches de São Paulo chega a 127,4 mil crianças	Internet	
12	Último segundo iG - Educação	Nacional	17/12/13	TJ: Haddad deve criar 150 mil vagas em educação infantil	Internet	Relata que o Tribunal de Justiça condenou a Prefeitura de São Paulo a criar até 2016, fim da gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), 150 mil novas vagas em educação infantil na cidade - sendo 105 mil delas apenas em creches e o restante em pré-escola.
13	Rádio Jovem Pan	Nacional	03/09/13	ONG pede vigilância ao plano de aumento de vagas nas creches de SP	Internet e rádio	(Entrevista com Salomão Ximenes)
14	Rede Brasil Atual	Nacional	04/12/13	Até 2016, bairros da zona sul de São Paulo terão de zerar fila para educação infantil	Internet	(Entrevista com Salomão Ximenes)

15	Rede Atual	Brasil	Nacional	25/11/13	Sem decisão, processo sobre expansão de creches em São Paulo aguarda nova data	Internet	
16	Rede Atual	Brasil	Nacional	05/11/13	Sem acordo, proposta para expansão de creches em São Paulo vai a julgamento dia 25	Internet	
17	Rádio Atual	Brasil	Nacional	05/09/13	Prefeitura de SP tem 60 dias para detalhar Plano de Expansão de Creches	Internet	(Entrevista com Salomão Ximenes)
18	Rede Atual	Brasil	Nacional	29/08/13	São Paulo abre edital para creches, primeiro passo para acabar com troca de favores	Internet	(Entrevista com Salomão Ximenes)
19	Rede Atual	Brasil	Nacional	20/08/13	Ministério Público quer elaborar plano com prefeitura de São Paulo para ampliar creches	Internet	(Entrevista com Salomão Ximenes)
20	Rede Atual	Brasil	Nacional	03/05/13	Cidade da Grande São Paulo abre cinco creches noturnas e amplia auxílio a famílias	Internet	(Entrevista com Denise Carreira)
21	Rede Atual	Brasil	Nacional	08/04/13	Haddad promete retomar plano de educação elaborado na gestão Kassab	Internet	
22	Rede Atual	Brasil	Nacional	05/12/13			

Tema: Educação e relações raciais

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Folha de S. Paulo	Nacional	03/02/13	Programa de cotas de Alckmin é alvo de polêmica entre especialistas	Internet	Sobre o Pimesp para universidades paulistas, com entrevista de Denise Carreira
2	Rede Brasil Atual	Nacional	25/08/13	Negros estudam menos, mesmo nas regiões mais ricas de São Paulo, aponta estudo	Internet	Baseado na publicação "Educação e Desigualdades na Cidade de São Paulo"
3	Rede Brasil Atual	Nacional	04/04/13	Caminho para a igualdade	Internet	A Lei nº 10.639, que a partir do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira pretende combater o racismo e a discriminação, completa dez anos (Entrevista com Jaqueline Santos)

Tema: Educação nas prisões

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	UOL	Nacional	11/12/13	53% dos detentos de SP nunca estudaram na prisão	Internet	Sobre a pesquisa "Perfil de Escolaridade da População Prisional de São Paulo" (Entrevista com Denise Carreira)
2	Rede Brasil Atual	Nacional	16/12/13	Maioria dos presos de São Paulo quer estudar, mas faltam cursos	Internet	Sobre a pesquisa "Perfil de Escolaridade da População Prisional de São Paulo"
3	Univesp TV	São Paulo	18/12/13	Educação Brasileira 144 - Mariângela Graciano e Ednéia Gonçalves	Internet	Sobre a pesquisa "Perfil de Escolaridade da População Prisional de São Paulo"